Basileia II Pilar 3

Junho 2014

BICBANCO

Desde 1938

Índice

1. Sumário Executivo 6
1.1 Introdução 6
1.2 Ambiente Econômico- Desempenho 6
1.3 Escopo do Gerenciamento de Riscos 7
1.4 Apetite ao Risco 7
1.5 Mapa de Riscos 7
1.6 Política de divulgação das informações 8
1.7 Escopo de aplicação deste documento 8
2. Processo de Gerenciamento de Riscos 10
2.1 Objetivos e Estratégias 10
2.2 Políticas de Gerenciamento de Riscos 10
2.3 Estrutura de Gestão de Riscos e Governança Corporativa 11
2.3.1 Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos 11
2.3.2 Governança Corporativa 15
2.3.3 Comunicação Interna 19
3. Gerenciamento de Riscos 20
3.1 Risco de Crédito 20
3.1.1 Risco de Crédito de Contraparte 22
3.1.2 Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito 23
3.1.3 Concessão de Crédito 24
3.1.4 Mitigação de Risco de Crédito 25
3.1.5 Classificação de Risco de Crédito 25
3.1.6 Processo de Monitoramento das Operações 27
3.1.7 Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito 27
3.1.8 Exposição ao Risco de Crédito 29
3.1.9 Cessão de Crédito e Operações com TVM oriundos de processo de Securitização 32
3.1.10 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte 32
3.2 Risco de Mercado 36
3.2.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Mercado 37
3.2.2 Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado 38
3.2.3 Definição de Limites 38
3.2.4 Metodologia para Risco de Mercado 39
3.2.5 Controle e Acompanhamento 41
3.2.6 Evolução da Exposição 42

3.3 Risco de Liquidez 42
3.3.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Liquidez 42
3.3.2 Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez 44
3.3.3 Controle e Acompanhamento 45
3.4 Risco Operacional 45
3.4.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco Operacional 46
3.4.2 Processo de Gerenciamento do Risco Operacional 46
3.4.3 Metodologia de Mensuração do Risco Operacional 47
3.4.4 Controle e Acompanhamento 47
3.5 Gerenciamento de Continuidade de Negócios 48
3.5.1 Processo de Gerenciamento dos Planos de Continuidade de Negócios 48
3.6 Risco Socioambiental 50
3.6.1 Políticas e estratégias da Gestão da Sustentabilidade 51
3.6.2 Sistema de Gestão da Sustentabilidade 52
3.6.2.1 Monitoramento do Risco Socioambiental 53
3.6.2.2 Responsabilidades 54
4. Basiléia II 56
4.1 Fundamentos e Estrutura 56
4.2 Basiléia III 57
5. Gestão do Capital 59
5.1 Processo de Adequação do Patrimônio de Referência 59
5.2 . Patrimônio de Referência 60
5.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE) 61

Índice de Tabelas

Tabela 1: Principais riscos inerentes à atividade bancária 8
Tabela 2: Políticas de Gerenciamento de Riscos 11
Tabela 3: Descrição da Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos 14
Tabela 4: Tipos de Comitês 15
Tabela 5: Descrição da Estrutura de Comitês 18
Tabela 6: Políticas de Risco de Crédito 23
Tabela 7: Classificação do cliente conforme médias de classificação 26
Tabela 8: Classificação rating BACEN versus rating BICBANCO 26
Tabela 9: Evolução das exposições ao risco de crédito, a participação das exposições no total e a média dos trimestres 29
Tabela 10: Exposição ao risco de Crédito segmentado por FPR, e a participação das exposições no total 30
Tabela 11: Exposição ao risco de Crédito segmentado por Países e Regiões Geográficas 30
Tabela 12: Exposição ao risco de Crédito segmentado por Setor Econômico 31
Tabela 13: Percentual da exposição dos maiores clientes na carteira de crédito 31
Tabela 14: Fluxo das operações baixadas para prejuízo 31
Tabela 15: Valor mitigado por tipo de mitigador 32
Tabela 16: Contratos em que a Câmara atue como contraparte central 32
Tabela 17: Contratos em que a Câmara não atue como contraparte central 33
Tabela 18: Valor positivo bruto dos contratos 33
Tabela 19: Margens oferecidas em garantias 34
Tabela 20: Exposição global líquida a Risco de Crédito de Contraparte 34
Tabela 21: Total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por conta própria e não liquidadas em contraparte central 35
Tabela 22: Total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por conta própria e liquidadas em contraparte central 36
Tabela 23: Políticas de Risco de Mercado 37
Tabela 24: Valor total da carteira de negociação 42
Tabela 25: Políticas de Risco de Liquidez 43
Tabela 26: Políticas de Risco Operacional 46
Tabela 27: Políticas e Manuais de Risco Socioambiental 52
Tabela 28: Detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência 60
Tabela 29: Detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência Exigido 61

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos 12
Figura 2: Estrutura de Comitês voltados à Gestão de Riscos da Instituição 16

1. Sumário Executivo

1.1 Introdução

O Banco tem como princípio adotar padrões de controles internos fortemente calcados no gerenciamento de riscos e em modelos de governança corporativa. O gerenciamento de risco na Instituição é um processo lógico e sistemático que identifica e avalia riscos e oportunidades e visa à melhoria da tomada de decisões e avaliação de desempenho. Tem uma visão para o futuro, isto é, não apenas evita ou minimiza perdas, mas lida positivamente com oportunidades.

O presente relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso a informações a respeito do gerenciamento de riscos da Instituição para atendimento às resoluções n. 3.678 (Circular), 3464, 4090 e 2682, 4.192, 4.193 e 3.988 do Banco Central do Brasil, apresentando de forma detalhada as práticas de gerenciamento e controles dos principais riscos aos quais está exposta, permitindo aos agentes de mercado, inclusive, avaliar a adequação do capital. Este relatório atende as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia e também as determinações do Banco Central do Brasil.

Deve ser lido juntamente com as demais informações divulgadas pela Instituição, tais como Relatório das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual e de Sustentabilidade, que apresentam outras informações sobre as atividades da Instituição.

1.2 Ambiente Econômico- Desempenho

A inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,5%, no acumulado de 12 meses terminados em junho de 2014, superior aos 6,2% observados em igual período findo em março deste ano. O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) encerrou o ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic) ocorrido entre abril de 2013 e abril de 2014. Na reunião de 16 de julho de 2014 a Selic foi mantida em 11,0%.

A taxa de câmbio iniciou o ano negociada próxima a R$ 2,40/US$. Devido à volta dos fluxos de capital para os mercados emergentes e ao programa de vendas de swaps do BACEN, o câmbio apreciou para cerca de R$ 2,21/US$ no término do semestre. O cenário global ainda frágil influenciou o desempenho das exportações brasileiras que no primeiro semestre de 2014 contraíram 2,6% na comparação com mesmo período de 2013. Na mesma direção, as importações recuaram 3,0% no semestre. A reboque desse desempenho, o saldo comercial dos primeiros seis meses de 2014 acumulou um déficit de US$ 2,5 bilhões.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R$ 2,8 trilhões ao final de junho de 2014, crescimento de 11,8% em um ano. Comparada com anos anteriores, a expansão creditícia

acontece num ritmo mais lento. O crédito imobiliário, que cresceu 30,0% em 12 meses, é a modalidade que apresentou maior expansão. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 56,3% em junho de 2014.

1.3 Escopo do Gerenciamento de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos da Instituição alcança ampla visão, permitindo que os riscos inerentes à instituição como um todo sejam devidamente identificados, mensurados (através de modelagem matemática e estatística e baseada nas melhores práticas internacionais), mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado de suas atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

No BICBANCO, os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos formam um eixo estratégico de suporte ao desenvolvimento equilibrado e sustentado. Buscam a minimização de perdas e adotam uma visão integrada centralizada em uma mesma diretoria.

O BICBANCO tem como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles. No sistema de gerenciamento de riscos, foi implementado, desde o primeiro semestre de 2006, um módulo de controles internos.

Os controles foram estabelecidos para minimizar a exposição aos riscos que prejudicam a busca dos objetivos da Instituição. O BICBANCO tem como meta que esses objetivos possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

1.4 Apetite ao Risco

O apetite ao risco refere-se aos tipos e níveis de riscos que de forma ampla a Instituição se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da Instituição. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Para o BICBANCO, a estrutura de apetite ao risco é considerada como um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

1.5 Mapa de Riscos

O BICBANCO diante dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores

internos ou externos. Diante disso, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todos os interessados. Dentre os principais riscos inerentes à atividade bancária, destacamos:

Tipo de Risco	Descrição do Tipo de Risco
Riscos Financeiros	Risco de Crédito
	Risco de Mercado
	Risco de Liquidez
	Gerenciamento de Capital
Riscos Não Financeiros	Risco Operacional
	Risco Socioambiental

Tabela 1: Principais riscos inerentes à atividade bancária

1.6 Política de divulgação das informações

O conteúdo deste relatório e seu processo de validação e aprovação estão de acordo com a política de divulgação de informações do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO).

1.7 Escopo de aplicação deste documento

Este relatório abrange a gestão e exposição a riscos tanto para o Conglomerado Financeiro como para o Consolidado Econômico Financeiro do BICBANCO. Dessa forma, por se tratarem de valores próximos, as informações apresentadas são referentes ao Consolidado Econômico Financeiro. As diferenças relevantes entre o Conglomerado e o Consolidado, se aplicável, será destacada em nota.

Este relatório é aplicável à informação produzida para o Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO Múltiplo).

O Conglomerado Financeiro do BICBANCO é composto pelas seguintes empresas:

- BICBANCO - BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.
- BICLeasing -BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
- Sul Financeira - SUL FINANCEIRA S/A.
- BIC DTVM - BIC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A.
- BIC Corretora – BIC CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES S.A.

No que tange ao Conglomerado Econômico-Financeiro do BICBANCO, o mesmo obedece a seguinte composição:

- Empresas citadas acima e ainda:

- BIC Informática - BIC INFORMÁTICA LTDA.
- BIC Adm. de Cartão de Crédito – BIC ADM. CARTÃO CRÉDITO S/C LTDA.
- Sul Financeira Promotora de Vendas LTDA.
- Sul Financeira Cobrança LTDA.
- BrasilFactors S.A

A estrutura societária do grupo BICBANCO é encontrada em: http://www5.bicbanco.com.br/port/governanca/acionaria.asp.

2. Processo de Gerenciamento de Riscos

2.1 Objetivos e Estratégias

O gerenciamento dos riscos é estratégico em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços ofertados, do crescimento dos negócios da organização, e da busca pela contínua aderência às melhores práticas, regulamentações locais e recomendações advindas do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia.

O BICBANCO adota rígidos padrões de controle de riscos e atualiza frequentemente seus processos, métodos e plataformas, para ampliar e aprimorar a identificação, acompanhamento, controle e minimização desses riscos. A centralização do gerenciamento dos riscos de Mercado, Crédito e Operacional propicia uma visão global das exposições a que a Instituição está sujeita pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas e assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área.

2.2 Políticas de Gerenciamento de Riscos

O Banco dispõe de diversas políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados, produtos e regulamentações.

Tipo	Descrição
Políticas de Gerenciamento de Riscos	Gestão de Riscos
	Controles Internos
	Riscos Operacionais
	Base de Dados de Perdas
	Valor em Risco de Mercado
	Stress Test para Risco de Mercado
	Aferição de VaR por Backtest
	Classificação Estratégias Banking e trading
	Cálculo do PRE - Metodologia
	Definição de Hedge
	Produtos de Tesouraria
	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito
	Gerenciamento de Risco de Crédito
	Estrutura de Gerenciamento de Capital
	Gerenciamento de Capital
	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez
	Gerenciamento de Risco de Liquidez
	Liquidez Imediatamente Disponível (LID) – Determinação da Necessidade Potencial
	Plano de Contingência para Crise de Liquidez
	Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez de Captações em Moeda Nacional
	Risco de Liquidez - Controle de Reserva Mínima
	Risco de Liquidez - Cenário de Crise para Captações em Moeda Nacional
	Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez a Longo Prazo
	Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez de Curto Prazo em Moeda Estrangeira
	Gestão de Capital - Plano de Capital de Longo Prazo
	Gestão de Capital - Principais Fontes de Capital
	Gestão de Capital - Plano de Contingência de Capital
	Sustentabilidade
	Plano de Continuidade de Negócios

Tabela 2: Políticas de Gerenciamento de Riscos

2.3 Estrutura de Gestão de Riscos e Governança Corporativa

2.3.1 Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos

Na estrutura organizacional do BICBANCO, observa-se um adequado nível de segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, o que condiz com o porte da Instituição.

O Banco designou o Diretor de Controladoria como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O mesmo não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Estão presentes na estrutura os principais elementos de controles requeridos no contexto do *COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e da regulamentação local e internacional que versa sobre ambiente e estruturas de gestão de riscos no âmbito das Instituições Financeiras.

No que tange a Gestão de Riscos, o BICBANCO possui três unidades independentes de Gestão de Riscos – Operacional, Mercado e Crédito - subordinadas à Diretoria de Governança Corporativa, que tem seu reporte direto à Vice-Presidência Operacional, que perante o Banco Central foi designado o diretor responsável pela Gestão de Capital.

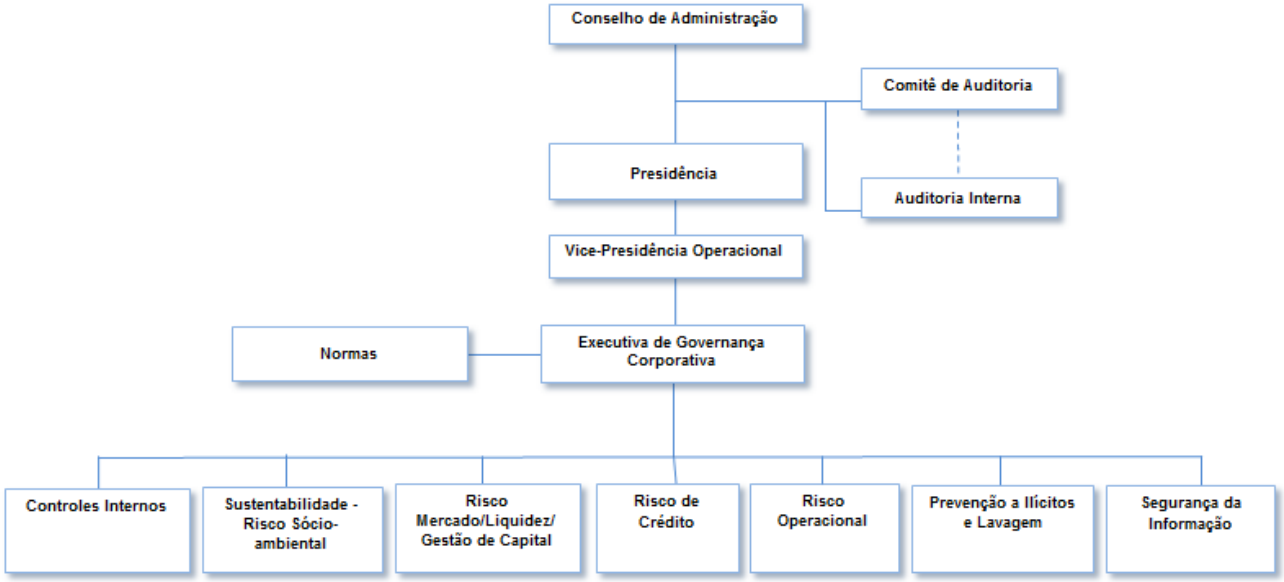

Figura 1: Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos

Conforme documento de Política de Governança Corporativa, são atribuições das lideranças acima:

Estrutura	Atribuições
Alta Administração	Patrocinar o processo de gestão por intermédio de comitês; e, Aprovar e revisar pontualmente a estrutura, que é específica e independente, para garantir o sucesso do gerenciamento de risco.
Auditoria Interna	Elaborar agenda para a avaliação dos riscos e controles internos; e, Manter os gestores informados sobre os trabalhos de auditoria relativos a riscos, compliance e controles identificados encontrados para auxiliá-los no processo decisório.
Controles Internos	Manter padrões de integridade e valores éticos, através da disseminação da cultura de controles internos a todos os colaboradores; Assegurar a conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos supervisores nacionais e estrangeiros e a aderência às políticas e procedimentos internos estabelecidos; Garantir estrutura de controles internos visando assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados de forma eficiente e eficaz; Manter sistema de controles internos alinhado com as melhores práticas, sendo revisado e atualizado periodicamente, a fim de que eventuais deficiências identificadas sejam corrigidas, garantindo sua efetividade; Verificar a existência de atribuição de responsabilidade e de delegação de autoridade, observada a estrutura hierárquica estabelecida pela Administração do Banco, garantindo a apropriada segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência requerida, potenciais conflitos de interesses existentes nas áreas; Elaborar os relatórios sobre a situação dos controles internos, a serem apreciados e aprovados, no mínimo semestralmente, pelos comitês competentes e pelo Conselho de Administração.
Diretoria de Governança Corporativa	Estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento, implantação, manutenção e aplicação de modelos de gestão de riscos; Respaldar a alta administração com informações relevantes para a gestão dos riscos da Instituição; e, Controlar os limites estabelecidos relativos ao apetite ao risco da Instituição, bem como estabelecer modelos de previsão e de aferição de riscos.
Risco de Mercado	Efetuar os cálculos diários de riscos (VaR); Monitorar os limites estabelecidos; Reportar ao Comitê de Tesouraria proposta de cenário de *stress;* e, Realizar *backtesting* dos modelos de VaR.
Risco de Liquidez	Reportar ao Comitê de Tesouraria proposta de limite mínimo de liquidez diária em função de cenários de estresse; Disponibilizar a posição diária de liquidez imediata; Monitorar e reportar eventuais desenquadramentos de limite; e, Construir e analisar o fluxo de caixa do Banco para curto e longo prazo.
Gerenciamento de capital	Monitoramento do controle de capital; Avaliação da necessidade de capital da instituição frente aos riscos a que se sujeita, ao planejamento estratégico de crescimento e à distribuição de resultados.
Risco de Crédito	Monitorar as relações risco/retorno e concentração/distribuição da carteira; Administrar os sistemas de gestão de risco da carteira de crédito; e, Prover informações para modelos de gestão de risco de crédito no âmbito do Acordo de Basiléia II.
Risco Operacional	Implementar políticas/procedimentos de risco operacional; Garantir o mapeamento e classificação das perdas de acordo com as definições de risco operacional; Formalizar os processos em que riscos estejam presentes e, periodicamente, revisá-los e readequá-los às novas necessidades; Estabelecer, divulgar e documentar relatórios e normas de aprovação e gestão dos riscos operacionais na Instituição; Adotar as melhores práticas de gestão do risco operacional; e, Estruturar um fluxo contínuo de informação para a montagem de bancos de dados sobre perdas operacionais históricas.
Sustentabilidade - Risco Socioambiental	Identificar impactos socioambientais diretos e indiretos das operações e dos negócios; Assegurar a aplicação da legislação socioambiental vigente às atividades desenvolvidas pela Instituição; Definir restrições comerciais às empresas que estejam envolvidas com a prática de crimes ambientais e/ou violação dos direitos humanos; Promover o relacionamento ético e transparente entre o BICBANCO e suas Partes Interessadas; Promover a construção de relações pautadas na confiança e na qualidade para uma parceria de longo prazo; Combater todas as formas de trabalho forçado, análogo ao escravo, e infantil, adotando mecanismos efetivos de monitoramento dos clientes e fornecedores; Agregar à avaliação socioambiental, critérios que promovam a redução das emissões dos GEE e a preservação da biodiversidade.

Estrutura	Atribuições
Risco a Ilícitos	**Prevenção à Ilícitos divide-se em três principais riscos:** **Risco Legal.:** Conformidade do BICBANCO à legislação, normas e regulamentação complementar aplicáveis na Prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção em todas suas dependências e filiais, tanto em seu País de origem como as localizadas no exterior; **Risco Social.:** Aplicação irrestrita das Políticas Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Colaborador e Conheça Seus Produtos e Serviços; Especificação das responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; Diretrizes e responsabilidades que assegurem um completo e eficaz conhecimento do cliente, de sua atividade ou do ramo de negócio, da origem e destino de seus recursos, do real interesse em relacionar-se com o BICBANCO; Monitorar as transações, identificar as propostas, situações e operações anormais ou atípicas, bem como comunicar aos reguladores aquelas que apresentem indícios de relação direta ou indireta com os crimes relacionados á lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção; Treinamento aos colaboradores do BICBANCO; **Risco Reputacional.:** Avaliação dos produtos e serviços do BICBANCO, com vistas à identificação dos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção que oferecem, e a forma de mitigação dos mesmos; Conhecer a identidade e os negócios dos clientes, e conduzir esses relacionamentos dentro dos mais elevados padrões éticos e profissionais, de forma a preservar a legitimidade e legalidade das transações e negócios, e cuidar para que os clientes também sejam avaliados e classificados quanto ao risco que oferecem; Os clientes, bem como os países de origem ou de destino de operações internacionais são verificados frente às listas restritivas nacionais e internacionais, permanentemente atualizadas nos sistemas de monitoramento; Monitoração dos principais sites de notícias, por convênio com empresa de clipping de notícias, que identifica matérias envolvendo clientes do BICBANCO, relacionadas com suposto envolvimento nos crimes de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção.
Risco Segurança Informação	**Risco de Segurança da Informação:** A Segurança da Informação é pautada em ações que mitigam os riscos da perda de seus atributos de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade. A preservação de tais atributos é baseada na mitigação dos seguintes riscos: **Risco de Segurança da Informação em Tecnologia** – avaliar os sistemas e recursos que compõe a infraestrutura tecnológica do banco no que se refere a presença de vulnerabilidades que possam permitir que uma ameaça se concretize; Conduzir testes de invasão periódicos para garantir que as configurações aplicadas nos sistemas e recursos não apresentem um ponto de falha para invasão de hackers externos; Controlar e monitorar os acessos aos sistemas a fim de garantir que estejam disponíveis apenas a pessoas autorizadas e que estas não façam mal uso dos mesmos. **Risco de Segurança da Informação em Processos** – Manter um grupo de políticas e procedimentos que compõe a Política Geral de Segurança da Informação onde são dadas diretrizes do que pode e o que não pode ser feito, baseadas nas melhores práticas, na legislação e na família de Normas ISO 27000. **Risco de Segurança da Informação em Pessoas** – Conduzir campanhas de conscientização periódicas para os colaboradores do conglomerado onde são tratados assuntos como Engenharia Social, compartilhamento de senhas, acessos à Internet e aoe-mail, classificação de informações, descarte de informações, entre outras.

Tabela 3: Descrição da Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos

2.3.2 Governança Corporativa

O BICBANCO adota um modelo de gestão empresarial alinhado a padrões internacionais de excelência em governança corporativa, por entender que as melhores práticas se constituem no eixo central para a perenidade dos negócios.

O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês.

A estrutura de governança e de responsabilidades sobre o gerenciamento de riscos garante uma gestão efetiva dos riscos do BICBANCO. O gerenciamento de riscos da Instituição é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos suportados pela Diretoria de Governança Corporativa e suas áreas.

O BICBANCO possui uma estrutura de Comitês que tem como finalidade auxiliar a alta administração a criar mecanismos para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, análise de desempenho, preservação de imagem, administração de riscos, projeção de investimentos, abertura de novos mercados e outras ações ou deliberações necessárias à condução do negócio. Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados:

Comitês	
Comitê de Diretoria Executiva (CDE)	Comitê de Governança
Comitê Operacional	Comitê de Controles Internos
Comitê Executivo de Crédito	Comitê de Riscos
Comitê Executivo de Tesouraria	Comitê de Ética
Comitê de Remuneração	Comitê de Segurança da Informação
Comitê de Prevenção a Lavagem de Dinheiro	Comitê Azul (Sustentabilidade)
Comitê de Auditoria	Comitê de Avaliação do Processo de Crédito
Comitê de Prevenção a Lavagem de Dinheiro – Agência Cayman	

Tabela 4: Tipos de Comitês

A estrutura de administração por comitês interliga as áreas técnicas e decisórias, possibilita uma enriquecedora troca de experiências e permite a elaboração de soluções mais consistentes. Os comitês voltados a Gestão de Riscos estão representados pela seguinte estrutura:

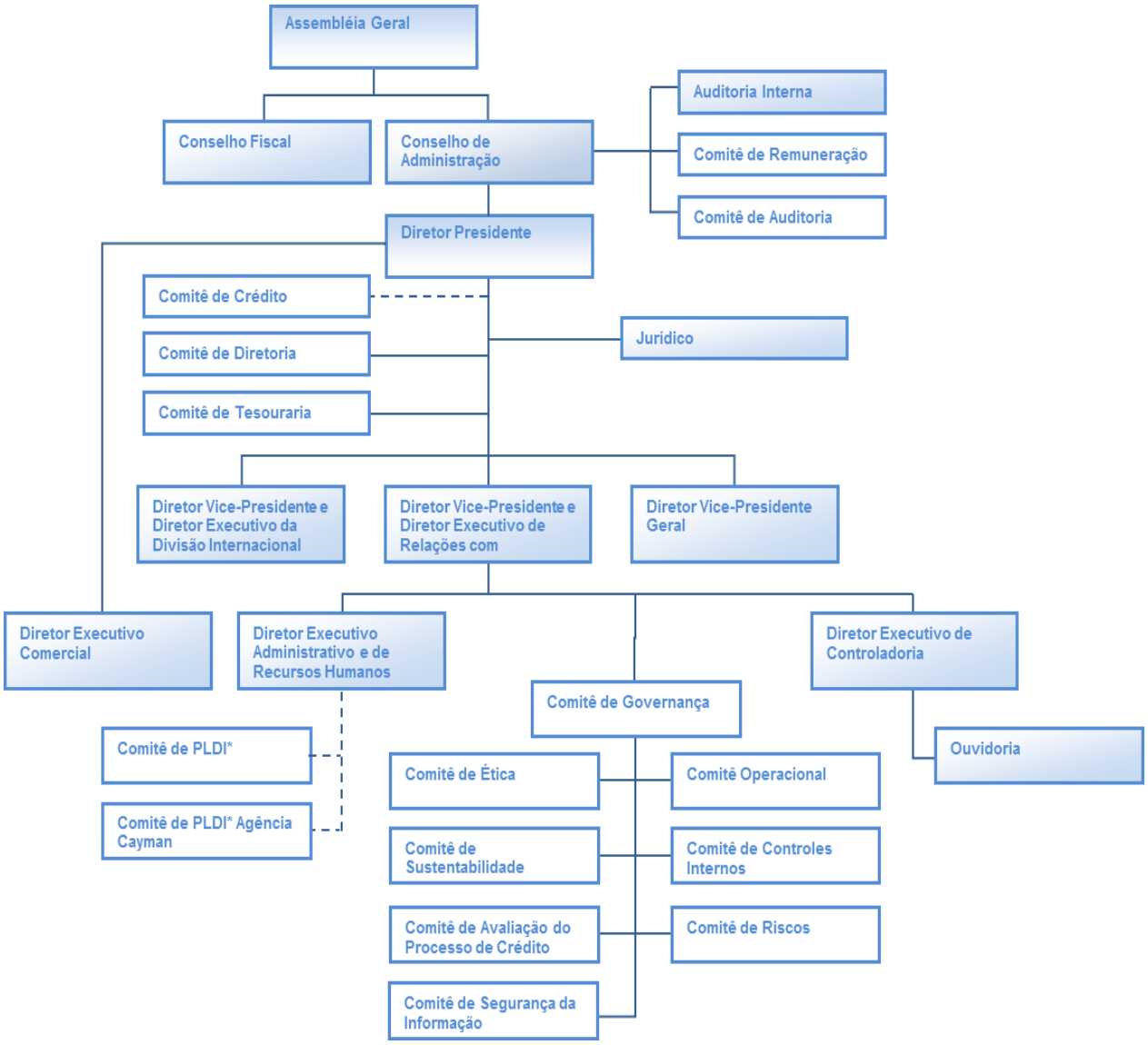

Figura 2: Estrutura de Comitês voltados à Gestão de Riscos da Instituição

Comitê	Objetivo
Comitê de Diretoria Executiva (CDE)	**Peridiocidade das Reuniões**: Conforme convocação de seu presidente. **Objetivo:** Definir a estratégia da instituição **Composição:** Presidente Vice-Presidente Geral Vice-Presidente de Operações e Diretor de RI Vice-Presidente Internacional Diretores Estatutários
Comitê de Remuneração	**Periodicidade das Reuniões:** Semestral **Objetivos:** - É um órgão estatutário de caráter permanente, rege-se por seu próprio Regimento, e pelo Estatuto Social Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração; - Compete, no desempenho de suas atribuições, estabelecer e tomar as medidas necessárias para fazer cumprir a política de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia.
Executivo de Tesouraria	Obter consenso sobre cenários macroeconômicos e políticos bem como seus efeitos sobre variáveis de risco de mercado e Determinar limites de "descasamento" entre prazos e moedas, exposição a fatores de risco de mercado e reservas mínimas de moedas e política de captação e aplicação de recursos.
Executivo de Crédito	Avaliar as operações das carteiras de crédito propostas pelas Áreas Comerciais, visando rentabilidade e a segurança dos negócios. Dentre suas principais atribuições, destacam-se: (i) administrar a concessão de crédito pela rede de atendimento e propor ao Comitê Executivo de Crédito diretrizes nesta matéria; (ii) administrar os spreads bancários e tarifas; (iii) alocar recursos a financiamentos usando o máximo potencial operacional da rede.
Comitê de Governança	**Periodicidade de reuniões:** Mensal **Objetivo:** Avaliar os encaminhamentos dos Comitês Técnicos, Operacional, Controles Internos, Riscos, Segurança da Informação, Sustentabilidade - Movimento Azul, de Ética e de Avaliação do Processo de Crédito.
Comitê de Ética	**Periodicidade de reuniões:** Mensal **Objetivo:** - Determinar as ações necessárias para a divulgação e a disseminação dos padrões de conduta ética; - Acompanhar cumprimento e implementar as disposições do Código de Ética, bem como analisar e apurar as transgressões; - Pronunciar-se sobre as ações e as questões envolvendo os princípios éticos e disciplinares; - Avaliar e discutir os assuntos em descumprimento do disposto no Código de Ética encaminhados pelos colaboradores; - Resolver dúvidas quanto à interpretação das normas do Código de Ética; - Administrar e definir a melhor forma nos casos em que o Código de Ética seja omisso; - Apurar com imparcialidade todos os casos de violação ao Código de Ética; - Apresentar ao Comitê de Governança, a qualquer tempo, propostas de alteração e de aprimoramento para o Código de Ética; - Apreciar e deliberar sobre infrações eventuais, além de submeter pareceres e assuntos julgados pertinentes ao exame do Comitê de Governanca.
Auditoria	Assessorar o Conselho de Administração no acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do Banco, na qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente.

Comitê	Objetivo
Operacional	Tratar dos assuntos de infra-estrutura, exposição e limites operacionais. Faz parte de sua agenda: (i) a precificação de produtos, (ii) o acompanhamento dos resultados, (iii) a definição de inovações e reformulações para assegurar a competitividade dos produtos e serviços fornecidos pela rede, (iv)a avaliação de novos produtos, (v) a produtividade e análise das operações/métodos/ procedimentos que envolvem riscos ainda não quantificáveis.
Sustentabilidade Movimento Azul	Assessorar o Comitê de Governança no estabelecimento de diretrizes e princípios relativos ao desenvolvimento sustentável que permeiam a estratégia e a gestão da Instituição; Acompanhar a elaboração e aplicação de programas e ações socioambientais de curto, médio e longo prazos; Avaliar as orientações e políticas que disciplinam o gerenciamento dos principais riscos socioambientaisl; Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade, incluindo aqueles ligados às questões associadas a mudanças climáticas; Analisar as ocorrências suspeitas, ou com indícios, do "uso da mão de obra análogo ao escravo ou infantil", apoiado nas informações divulgadas pela "Lista Suja", amparada pela Portaria nº 540 do Ministério do Trabalho e Emprego de 15 de outubro de 2004, ou aquelas que comprovadas constituem crimes contra o meio ambiente, apoiado na Lei de Crimes Ambientais (9605/08) de 22 de julho de 2008; Instalar canal de diálogo com todas as partes interessadas.
Controles Internos	Definir diretrizes da política e manutenção de controles internos.
Riscos	Acompanhamento de limites para exposição de mercado da tesouraria (nacional e internacional), Fixação de metodologias para mensuração e limitação operacional de clientes e contrapartes, Análise de riscos legais, de imagem e produtos, Análise do fluxo operacional dos sistemas de suporte e Acompanhamento da exposição (de mercado e crédito) a contrapartes inclusive em posições com instrumentos derivativos. Apresentar e implementar modelos de fluxo de caixa de curto e longo prazo para monitorar de forma eficiente o risco de liquidez da instituição.
Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	**Periodicidade de reuniões**: Mensal **Objetivo**: - Receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades atípicas; - Decidir sobre infrações e, se caso for, recomendar aplicar penalidades administrativas; - Expedir as instruções destinadas aos órgãos próprios, fiscalizador ou regulador; - Coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações; - Solicitar informações ou requisitar documentos às pessoas jurídicas, atinentes ao escopo dos trabalhos; - Determinar a comunicação às autoridades competentes, quando concluir pela existência de crimes, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito; - Oficiar às autoridades competentes, sempre que os exames concluírem pela existência de fortes indícios de irregularidades; - Compartilhar informações com autoridades competentes.
Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro - Agência Cayman	**Periodicidade de reuniões:** Trimestral **Objetivo:** - Definir diretrizes da política e manutenção à Prevenção de Lavagem de Dinheiro em Cayman; - Estabelecer padrões éticos de atuação; - Analisar as ocorrências suspeitas ou com indícios do uso do Banco para Lavagem de Dinheiro, norteadas pelas normas do BACEN e da CIMA, e decidir sobre a comunicação (ou não) ao BACEN e à CIMA (Cayman Islands Monetary Authority), manutenção ou encerramento do relacionamento; - Deliberar as providências cabíveis para minimizar os riscos de reputação, operacionais, legais e concentrações, priorizando a aplicação do conceito conheça seu cliente; - Estabelecer instrumentos de gestão relacionadas à Prevenção de Lavagem de Dinheiro da Agência Cayman.
Avaliação do Processo de Crédito	Definir diretrizes da política e manutenção de avaliação do processo de crédito, Estabelecer padrões operacionais para o processo de crédito, Identificar problemas que impeçam o processo de crédito em suas diferentes etapas e atividades, Propor soluções e acompanhar as implantações, Estabelecer instrumentos de avaliação de crédito e Analisar perdas prováveis e efetivas e estabelecer planos de ação para corrigir e/ou eliminar as causas, reportando seu andamento à alta administração do Banco, mensalmente.

Tabela 5: Descrição da Estrutura de Comitês

2.3.3 Comunicação Interna

A Diretoria de Governança Corporativa no que tange ao Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Liquidez, tem como objetivo:

- Cultivar e disseminar a cultura de "comunicação" tanto com público interno quanto com o público externo ao Banco;
- Garantir que as informações geradas pela instituição sejam transparentes, responsáveis e objetivas e culminem na geração de confiança nas relações da instituição com seu público;
- Atender à demanda interna e externa (clientes, investidores, agências de análise & classificação de risco e outros públicos específicos), com informações econômico-financeiras e de atos da administração, inclusive os intangíveis, que possam refletir nos resultados ou na *performance* ou condição patrimonial do Banco;
- Propor metodologias para mensuração do grau de exposição e delimitação de riscos e aplicá-la de forma a prever a participação destes nos orçamentos da instituição;
- Relatórios de Riscos de Mercado, *Stress-testing*, *Back-testing* e de liquidez;
- Modelos para apreçamento de posições e buscar a indicação para a diversificação do portfólio do conglomerado, de forma a assegurar que os níveis de concentração de exposição ao mercado estejam dentro de limites prudentes;
- Limites de VaR para o livro *Trading e Banking*; e
- Relatórios de desempenho ajustado ao risco da Tesouraria.

Os relatórios elaborados pela Diretoria de Governança Corporativa têm como objetivo facilitar o controle e gerenciamento dos riscos e controles associados. A periodicidade de cada relatório é definida de acordo com a maior ou menor frequência de eventos que reporta atendendo tempestivamente as políticas internas do banco e exigências dos órgãos reguladores.

Dentre os principais relatórios destacam-se:

- Relatório Regulatório;
- Relatório de Análise de Risco de Crédito;
- Relatório de VaR e exposições aos fatores de risco;
- Relatório de Resultados da Carteira *Trading;*
- Relatório de Liquidez;
- Relatório de Gerenciamento de Capital;
- Relatório de *Backtesting*;
- Relatório de Teste de Estresse;
- Relatório Anual e de Sustentabilidade.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme estabelecido pelo Órgão Regulador Local.

Estão compreendidos na definição de Risco de Crédito: o risco de crédito da contraparte, o risco país, o risco de transferência, a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante e também a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediária ou conveniente de operações de crédito.

O BICBANCO tem como objetivo chave o estabelecimento de procedimentos para adequada gestão do risco de crédito e manutenção dos níveis a que está exposto em consonância com a tolerância ao risco definido pela Instituição.

O BICBANCO possui uma agência em Cayman e as demais no Brasil. No Brasil, o BICBANCO não aplica em papéis no Exterior, seja carteira trading ou banking. Na agência Cayman os recursos excedentes são aplicados somente em papeis do Tesouro Americano. Uma vez que os volumes aplicados nesses papeis não representam riscos substancias, os comitês do Banco não avaliam os impactos negativos no valor desses ativos, bem como o risco de pessoas ou empresas estrangeiras, pois estão ligadas a países de “Sovereign Rating” superior ao brasileiro.

A estrutura de gerenciamento de crédito do BICBANCO está apta a identificar, mensurar e controlar os riscos associados à ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante bem como propor ações mitigadoras, possibilitando o gerenciamento contínuo e integrado desse risco. A estrutura está apta a avaliar previamente esta modalidade de risco no escopo de suas definições estabelecidas nas politicas de concessão de credito. Seguem a mesma metodologia utilizada para avaliação de Crédito. Para efeito de caixa, considera-se o possível desembolso das duas maiores fianças existentes, em razão de historicamente os desembolsos para os casos citados foram reduzidos. Não há avaliação da carteira pela área de riscos a não ser aquelas já definidas no processo de aprovação de crédito.

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada Credit Value-at-Risk (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima que um portfólio apresenta, sustenta em 99% dos casos, aplicando-se a metodologia de simulação de Monte-Carlo, que compreende a simulação, para um número muito grande de vezes, de eventos de crédito em um ambiente computacional, sendo os valores das perdas para cada um dos cenários simulados, armazenados e agrupados estatisticamente para cada um dos níveis de confiança.

De modo independente, e para obter o perfil de risco dos clientes individualmente, a área de Gestão de Risco de Crédito realiza a consulta do rating independente da área de concessão de crédito, efetua o cálculo da probabilidade de default (probabilidade de descumprimento) de cada operação. A probabilidade de default é dada em função do tempo a decorrer de cada operação, o que significa que um mesmo cliente pode apresentar diferentes ratings em suas operações mesmo que apresentem as mesmas garantias.

Através de um sistema desenvolvido em parceria com empresa especializada, o BICBANCO gerencia sua exposição a riscos, baseando-se nas seguintes atividades que são realizadas de forma automatizada:

- Avaliação das carteiras com vistas ao perfil de risco dos clientes;
- Cálculo do valor da perda esperada para a carteira de crédito;
- Cálculo do VaR individual da operação que compõe a carteira;
- Testes de estresse da carteira para mensuração de possíveis perdas;
- Testes de estresse histórico;
- RAROC da carteira, bem como o RAROC individual do cliente ou operação;
- Valor presente da carteira, em função do risco de crédito e curvas de juros do mercado.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 1 a 22 (1 = menor risco e 22 = maior risco), que agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de descumprimento. Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de descumprimento aos vencimentos dos contratos.

Em relação aos riscos retidos em operações de venda, cessão ou transferência de ativos, todo risco retido é avaliado da mesma maneira que os créditos da carteira global da Instituição.

3.1.1 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Instituição está exposta consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não, causando assim perdas à Instituição. Nos mercados, o risco de contraparte é particularmente importante quando se negociam instrumentos derivados não cotados (de balcão), pois em cada um deles o valor do instrumento está sempre dependente da contraparte cumprir as suas obrigações. Nos mercados organizados, o risco de contraparte é assumido pelas próprias bolsas.

No BICBANCO este risco é observado nos instrumentos financeiros derivativos (geralmente, operações de swap e mercado futuro), sendo a maior parte deles negociados com clientes no Brasil e registrados na BM&F Bovespa ou na CETIP.

A Instituição mantém total controle sobre a posição líquida (diferença a pagar ou receber entre contratos) e potencial exposição das operações expostas ao risco de contraparte. Para isso, toda exposição ao risco de contraparte, faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e que estão integrados aos sistemas de controle das operações das Mesas. As garantias requeridas para estas operações constituem-se em depósitos de margem, ou, no caso de operações com clientes, o repasse das coberturas requeridas da Instituição pelas *Clearings*.

O BICBANCO não se utiliza de operações de derivativos para compor seus resultados de maneira preponderante, mas são realizadas com o fito de hedge da carteira, especialmente no que concerne às captações internacionais. Todavia, embora não significativas, existem operações com clientes onde o risco de crédito dos produtos de trading é gerenciado no âmbito global de apetite de risco de crédito para com instituições financeiras e empresas. Nestas, a exposição de risco de crédito a produtos de trading provém da marcação à mercado dos ativos-objeto, que se positiva, eleva o risco potencial associado a cada operação.

Para contratos de derivativos, o Banco limita sua exposição às perdas de crédito no evento de inadimplência através de acordos de compensação (*netting*) com determinadas contrapartes. Adicionalmente, o Grupo assina CGDs (Contrato Global de Derivativo) com contrapartes que sejam Instituições Financeiras, ligadas em sua grande maioria a hedge da carteira de captação internacional de forma a regular as transações e mitigar a exposição. Em um processo de chamado de margem, garantias adicionais são chamadas da contraparte caso a marcação a mercado da exposição total sem garantia exceda o os limites estabelecidos e o limite mínimo de transferência, especificados no contrato. Há casos em que o CGD é bilateral e exige que o

BICBANCO deposite garantias caso a marcação a mercado favoreça o cliente e exceda um limite pré-determinado. Por outro lado, para os clientes do Banco, existe contrato específico contratado por operação. Para estes casos o BICBANCO está migrando para contrato nos moldes do CGD, já em testes com determinados clientes.

As atividades diárias de gerenciamento de riscos de crédito para os ativos de trading são feitas pela Tesouraria em conjunto com a Diretoria de Crédito, cujas atividades incluem a supervisão e aprovação de excessos temporários de níveis delegados pelo Comitê de Crédito. O risco de crédito do emissor, incluindo riscos de liquidação, é controlado pelas alçadas definidas pela estrutura de Risco de Crédito, cabendo a volatilidade dos ativos o controle pela área de Risco de Mercado.

3.1.2 Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

O BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente na Instituição e no mercado, além daquele que advém de suas operações na Instituição. Difere, portanto dos conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

As políticas de Risco de Crédito estão estruturadas da seguinte maneira:

Documento	Processo	Sub-processo
Política	Política de Gestão	Gerenciamento de Risco de Crédito
		Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Tabela 6: Políticas de Risco de Crédito

A operacionalização das diversas operações de crédito no BICBANCO está estruturada nos seguintes processos, devidamente refletidos em políticas organizacionais:

- Limite de Risco de Crédito para Derivativos – Definição Fração de Risco e Probabilidades;
- Registro de Propostas;
- Análise de Crédito;
- Alçadas de Crédito;
- Classificação de Crédito;
- Advertências;
- Efetivação das Operações;
- Manutenção de Carteira;
- Aceitação, Formalização, Administração, Cálculo e Liberação de Garantias;

- Recuperação de Crédito.

3.1.3 Concessão de Crédito

Sob a responsabilidade da Diretoria de Crédito, o processo de concessão de crédito da Instituição atende as determinações do Comitê Executivo de Crédito e do Banco Central do Brasil, além de pautar-se nos objetivos de segurança, qualidade e liquidez.

A decisão de concessão de crédito é realizada com base nas condições econômico-financeiras do cliente, no histórico da atuação do cliente em relação ao mercado e ao Banco, no total dos riscos diretos (operações contratadas) e indiretos (avais, fianças e coobrigações) junto ao mercado e ao Banco, na gestão empresarial e nas condições gerais do mercado, visando garantir que os compromissos financeiros assumidos junto ao Banco sejam honrados. São considerados ainda os elementos relacionados aos Riscos Sócios Ambientais tratados detalhadamente no item 3.6 deste relatório.

De acordo com as orientações contidas na Política de Alçada de Crédito, todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais entre as dependências da Instituição. Com base nesta política, os fatores aplicados para definição de alçadas são:

- Por:
  - Agência;
  - DIREX (Diretoria Executiva) / DIREG (Diretoria Regional);
  - Comitê Executivo (DIREX, DIREG e DICRE – Diretoria Executiva de Crédito);
  - Comitê Superior de Crédito.
- Garantias e Valores;
- Modalidades;
- Risco máximo por cliente; e,
- Condições de enquadramento.

As propostas que não se enquadram nos padrões pré-estabelecidos ou que sejam realizadas com clientes que possuam advertências, são submetidas à aprovação por um nível de decisão superior, mesmo que estejam dentro do valor de alçada e modalidade permitida.

As propostas de crédito tramitam por sistemas que efetuam os cálculos de forma automática, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, a concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando, assim, os riscos inerentes às operações.

O Comitê Executivo de Crédito é constituído para avaliar as operações das carteiras comerciais, de crédito rural, de repasses e ao consumidor, propostas diariamente pelas respectivas áreas, para assegurar a rentabilidade e a segurança das operações.

O BICBANCO possui negócios diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

3.1.4 Mitigação de Risco de Crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através da utilização de diversos tipos de garantias que são: duplicatas, cheques, nota promissória com ou sem aval, recebíveis, aplicações, dentre outras.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no BICBANCO são as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são as que incidem sobre um bem ou algo específico, e as mais usadas são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. A administração de garantias tem o objetivo de manter os níveis de qualidade e quantidade das garantias exigidas pelo BICBANCO em suas operações de crédito preservando o seu valor durante a vigência da operação.

3.1.5 Classificação de Risco de Crédito

A classificação ("*rating*") de crédito é uma nota qualitativa que visa dimensionar o risco potencial de recebimento do principal, juros e/ou comissões, dentro dos prazos e condições previamente pactuados, independentemente da estrutura dos limites ou operações de crédito existentes. Essa classificação é fator chave para a determinação de algumas condições da operação como *"spread"* e garantia.

Também recebe o nome de "*ROR – Risk of Orderly Payment*", ou Risco de *Default,* o que significa a probabilidade do cliente atrasar o pagamento de suas obrigações ou não fazê-lo da forma acordada, caracterizando uma situação de inadimplência. Não é necessariamente a expressão de um risco de perda efetiva, mas sim potencial.

A atribuição de uma classificação de crédito a clientes e operações possibilita a diferenciação entre os diversos níveis de risco potencial, bem como permite a correta administração destes riscos, em bases individuais ou no conjunto de uma carteira.

Com base nas informações registradas pelos Analistas de Crédito, o sistema atribui automaticamente *rating* ao cliente. A classificação do cliente é feita através de cinco áreas de riscos as quais são atribuídas notas. Dessa forma, com base na média de pontuação, o cliente será classificado em um dos níveis abaixo:

Conceito	Média de Classificação
Primeira linha	1
Forte	2 ou 3
Aceitável	4 ou 5
Necessidade de Acompanhamento	6 ou 7
Fraca / Base de Liquidação	8

Tabela 7: Classificação do cliente conforme médias de classificação

Os clientes Pessoa Jurídica são classificados analisando-se suas áreas de Risco (Mercado, Controle Acionário/Administração, Situação Financeira, Bancabilidade e *Performance* Futura), enquanto que as operações são classificadas levando-se em consideração a própria classificação do cliente e as garantias da operação (valorizando ou mantendo a pontuação).

Já os clientes Pessoa Física são classificados, analisando-se as áreas de Risco de Pessoas Físicas (Renda, Patrimônio, Conceito e Experiência), e para a classificação das operações de crédito outros dois fatores são também analisados e pontuados: Situações de Advertência (piorando a pontuação) e Garantias (valorizando a pontuação).

O BICBANCO usa modelos próprios de rating internos no que diz respeito à análise de risco da operação, em cumprimento à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para as operações de crédito, mediante a utilização dos nove níveis de risco.

Rating BACEN	Rating BICBANCO	Mínimo de Provisão
AA	AA	0%
A	A	0,50%
B	B	1%
C	C	3%
D	D	10%
E	E	30%
F	F	50%
G	G	70%
H	H	100%

Tabela 8: Classificação rating BACEN versus rating BICBANCO

3.1.6 Processo de Monitoramento das Operações

Em consonância com o processo de monitoramento, a manutenção da carteira visa garantir o perfeito cumprimento dos processos inerentes à carteira de operações de crédito do banco, quais sejam:

- Correta apuração, cobrança e apropriação de receitas e despesas das operações;
- Processamento de alterações aprovadas em Proposta de Negócio (PN);
- Acompanhamento, conferência e registro de *performance* dos contratos;
- Acompanhamento de vencimentos e processamento das liquidações;
- Garantir a integridade das informações existentes na Base de Contratos do Banco e nos Sistemas de Informações Gerenciais.

O procedimento de manutenção da carteira segue as seguintes diretrizes:

- Testes de integridade de dados no sistema, realizados periodicamente por amostragem, incluindo valor do contrato, taxa de juros, prazos de *performance* e vencimentos;
- Utilização das mesmas regras de aprovação quando haja efetivação de operações com aditamentos;
- Consideradas na conferência e registro de *performance* as condições de aprovação e as normas internas e as do Banco Central do Brasil;
- Conciliação tempestiva de todos os recebimentos e pagamentos em moeda nacional e estrangeira em relação às liquidações processadas nos diversos sistemas legados;
- Emissão correta e tempestiva dos relatórios e pareceres aos diversos órgãos com relação às pendências, insuficiências ou deficiências detectadas na carteira de crédito;
- Emissão de alertas e advertências à rede e em sistema, quanto ao não cumprimento de qualquer obrigação da empresa;
- Execução de diversos procedimentos de balanço, incluindo a conciliação contábil tempestiva da carteira de crédito;
- Conciliação da carteira de crédito com a Central de Risco do Banco Central do Brasil.

3.1.7 Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de gerenciamento do Risco de Crédito no BICBANCO se dá através da Diretoria de Governança Corporativa, em departamento segregado para avaliação dos riscos de crédito conforme atribuições descritas no tópico “Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos”.

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada Credit Value-at-Risk (VaR de crédito). O VaR com

nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima que um portfólio apresenta, sustenta em 99% dos casos, aplicando-se a metodologia de simulação de Monte-Carlo, que compreende a simulação, para um número muito grande de vezes, de eventos de crédito em um ambiente computacional, sendo os valores das perdas para cada um dos cenários simulados, armazenados e agrupados estatisticamente para cada um dos níveis de confiança.

De modo independente, e para obter o perfil de risco dos clientes individualmente, a área de Gestão de Risco de Crédito realiza a consulta do *rating* independente da área de concessão de crédito, efetua o cálculo da probabilidade de *default* (probabilidade de descumprimento) de cada operação. A probabilidade de *default* é dada em função do tempo a decorrer de cada operação, o que significa que um mesmo cliente pode apresentar diferentes *ratings* em suas operações mesmo que apresentem as mesmas garantias.

Através de um sistema desenvolvido em parceria com empresa especializada, o Banco gerencia sua exposição a riscos, baseando-se nas seguintes atividades que são realizadas de forma automatizada:

- Avaliação das carteiras com vistas ao perfil de risco dos clientes;
- Cálculo do valor da perda esperada para a carteira de crédito;
- Cálculo do VaR individual da operação que compõe a carteira;
- Testes de estresse da carteira para mensuração de possíveis perdas;
- Testes de estresse histórico;
- RAROC da carteira, bem como o RAROC individual do cliente ou operação;
- Valor presente da carteira, em função do risco de crédito e curvas de juros do mercado.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 1 a 22 (1 = menor risco e 22 = maior risco), que agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de descumprimento. Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de descumprimento aos vencimentos dos contratos.

A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

As estimativas de parâmetros de risco (PD) são obtidas pela Matriz de Transição que é a principal ferramenta para determinar a probabilidade de que um devedor com uma qualificação determinada mude de qualificação durante um período específico.

O cálculo da LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

3.1.8 Exposição ao Risco de Crédito

Apresentamos a evolução das exposições ao risco de crédito e a média dos trimestres:

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro									
	jun/14	%	mar/14	%	dez/13	%	set/13	%	jun/13	%
Total de Exposições	**13.366.205**	**100,0%**	**13.202.727**	**100,0%**	**13.211.017**	**100,0%**	**13.492.413**	**100,0%**	**14.103.747**	**100,0%**
Compromissos (*)	399.382	3,0%	410.497	3,1%	475.021	3,6%	455.480	3,4%	472.488	3,4%
Garantias Prestadas	2.431.038	18,2%	2.242.507	17,0%	2.145.362	16,2%	2.096.654	15,5%	2.020.589	14,3%
Arrendamento Mercantil	321.872	2,4%	319.634	2,4%	336.920	2,6%	361.137	2,7%	369.460	2,6%
Operações de Crédito	8.765.686	65,6%	8.904.292	67,4%	9.198.732	69,6%	9.425.300	69,9%	9.854.361	69,9%
Outros Créditos	1.448.227	10,8%	1.325.797	10,0%	1.054.982	8,0%	1.153.842	8,6%	1.386.849	9,8%
Média do Trimestre	**12.800.298**	**100,0%**	**12.361.564**	**100,0%**	**12.433.640**	**100,0%**	**13.278.125**	**100,0%**	**13.658.464**	**100,0%**
Compromissos (*)	423.474	3,3%	425.991	3,4%	480.740	3,9%	460.674	3,5%	465.517	3,4%
Garantias Prestadas	2.354.384	18,4%	2.210.679	17,9%	2.042.578	16,4%	2.124.630	16,0%	1.978.693	14,5%
Arrendamento Mercantil	297.255	2,3%	302.783	2,4%	330.577	2,7%	348.200	2,6%	352.444	2,6%
Operações de Crédito	8.298.186	64,8%	8.315.459	67,3%	8.554.316	68,8%	9.127.860	68,7%	9.416.671	68,9%
Outros Créditos	1.426.999	11,1%	1.106.652	9,0%	1.025.429	8,2%	1.216.761	9,2%	1.445.139	10,6%

(*) O valor da exposição para Compromissos de Crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição é definido pós-aplicação do Fator de Conversão de Crédito (FCC).

(**) Considera os saldos sobre ACC e ACE, Demais Direitos com Característica de Concessão de Crédito e Operações de Créditos para Financiamento Imobiliário, Varejo e Demais.

Tabela 9: Evolução das exposições ao risco de crédito, a participação das exposições no total e a média dos trimestres

Abaixo demonstramos a evolução da exposição ao risco de crédito, segmentada por:

- **Fator de Ponderação de Riscos (FPR)** - Demonstramos a evolução da exposição ao risco de crédito, segmentada por FPR:

R$ mil		jun/14	%	mar/14	%	dez/13	%	set/13	%	jun/13	%
Total de Exposições		**13.366.205**	**60%**	**13.202.727**	**61%**	**13.211.017**	**280%**	**13.492.413**	**100%**	**14.103.747**	**100%**
Compromissos (*)	FPR 20%	399.382	2,99%	410.497	3,11%	475.021	3,60%	455.480	3,38%	472.488	3,35%
Garantias Prestadas	FPR 100%	2.431.038	18,19%	2.242.507	16,99%	2.145.362	16,24%	2.096.654	15,54%	2.020.589	14,33%
Arrendamento Mercantil	FPR 75%	4.995	0,04%	7.236	0,05%	5.994	0,05%	4.201	0,03%	5.573	0,04%
	FPR 100%	288.313	2,16%	283.812	2,15%	310.005	2,35%	338.001	2,51%	341.174	2,42%
	FPR 150%	3.073	0,02%	5.606	0,04%	3.132	0,02%	3.233	0,02%	3.664	0,03%
Operações de Crédito (**)	FPR 0%	1.474.058	11,03%	1.400.550	10,61%	1.346.507	10,19%	1.343.305	9,96%	1.425.652	10,11%
	FPR 50%	1.410	0,01%	1.951	0,01%	2.497	0,02%	3.588	0,03%	7.841	0,06%
	FPR 75%	876.324	6,56%	851.010	6,45%	771.988	5,84%	5.404.942	40,06%	5.329.873	37,79%
	FPR 85%	5.375.306	0,00%	5.083.752	0,00%	4.613.508	215,05%	-		-	0,00%
	FPR 100%	2.258.643	16,90%	2.648.454	20,06%	3.284.438	24,86%	3.584.374	26,57%	3.957.259	28,06%
	FPR 150%	253.511	1,90%	261.864	1,98%	252.359	1,91%	258.282	1,91%	520.242	3,69%
	FPR 300%	152	0,00%	5.488	0,04%	206	0,00%	353	0,00%	19.392	0,14%

(*) O valor da exposição para Compromissos de Crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição é definido pós-aplicação do Fator de Conversão de Crédito (FCC).
(**) Considera os saldos de Adiantamentos sobre ACC e ACE, Demais Direitos com Característica de Concessão de Crédito e Operações de Créditos para Financiamento Imobiliário, Varejo e Demais. Aplicou-se partir de Março/2013 o fator de ponderação de 75% às exposições com empresas de grande porte (antes ponderadas a 100%), conforme previsto no Artigo 14 inciso I da circular 3360/2007 com redação dada pela Circular 3644/2013.

Tabela 10: Exposição ao risco de Crédito segmentado por FPR, e a participação das exposições no total

- **Países e Regiões Geográficas** - Segue demonstrada a evolução da exposição ao risco de crédito, segregada por países e regiões geográficas.

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro									
Região Geográfica (*)	**jun/14**	**%**	**mar/14**	**%**	**dez/13**	**%**	**set/13**	**%**	**jun/13**	**%**
Merc. Interno	**13.001.422**	**97,27**	**12.659.183**	**97,08**	**13.169.514**	**96,31**	**13.183.082**	**98,30**	**12.483.035**	**96,18**
Norte	94.345	0,71	107.619	0,82	125.550	0,95	140.392	1,06	152.669	1,08
Nordeste	2.765.252	20,69	2.773.518	21,01	2.838.721	21,49	2.921.288	22,11	3.046.280	21,60
Sudeste	6.808.408	50,94	6.657.510	50,43	6.612.779	50,06	6.549.113	49,57	6.757.125	47,91
Centro Oeste	1.416.120	10,59	1.437.938	10,89	1.339.251	10,14	1.304.003	9,87	1.430.330	10,14
Sul	1.917.297	14,34	1.840.485	13,94	1.807.649	13,68	2.071.258	15,68	2.178.122	15,44
Merc. Externo	**364.784**	**2,73**	**385.657**	**2,92**	**487.067**	**3,69**	**506.360**	**3,83**	**539.221**	**3,82**
Total	**13.366.206**	**100**	**13.202.727**	**100**	**13.211.017**	**100**	**13.492.414**	**100**	**14.103.747**	**100**

Tabela 11: Exposição ao risco de Crédito segmentado por Países e Regiões Geográficas

- **Setor Econômico** - Demonstramos a evolução da exposição do risco de crédito, por setor econômico:

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro									
Setor de Atividade (*)	**jun/14**	**%**	**mar/14**	**%**	**dez/13**	**%**	**set/13**	**%**	**jun/13**	**%**
Público	431.662	3,23	499.037	3,78	405.799	3,07	348.261	2,58	130.969	0,93
Agronegócio	293.996	2,20	243.300	1,84	257.709	1,95	261.592	1,94	348.459	2,47
Indústria	5.416.499	40,52	5.342.709	40,47	5.182.514	39,23	5.397.157	40,00	5.820.421	41,27
Comércio	1.872.387	14,01	1.757.106	13,31	1.755.180	13,29	1.856.717	13,76	1.909.223	13,54
Intermed. Financeiros	180.432	1,35	205.940	1,56	225.382	1,71	225.729	1,67	275.011	1,95
Outros Serviços	3.846.428	28,78	3.907.957	29,60	4.216.093	31,91	4.287.190	31,77	4.487.780	31,82
Pessoa Física	1.324.802	9,91	1.246.678	9,44	1.168.340	8,84	1.115.767	8,27	1.131.884	8,03
Total *	**13.366.206**	**100**	**13.202.727**	**100**	**13.211.017**	**100**	**13.492.413**	**100**	**14.103.747**	**100**

Tabela 12: Exposição ao risco de Crédito segmentado por Setor Econômico

- **Tomador** - Demonstramos abaixo o percentual da exposição dos dez maiores clientes em relação ao total de operações com característica de concessão de crédito:

Em %	Consolidado Econômico - Financeiro									
Carteira de Crédito	**jun/14**	**%**	**mar/14**	**%**	**dez/13**	**%**	**set/13**	**%**	**jun/13**	**%**
Percentual dos 10 maiores clientes	1.090.349	10,35%	1.148.707	10,89%	1.035.297	9,78%	793.518	7,25%	790.473	6,81%
Percentual dos 20 maiores clientes	1.604.906	15,23%	1.599.984	15,17%	1.546.105	14,60%	1.253.429	11,46%	1.270.999	10,95%
Percentual dos 50 maiores clientes	2.618.286	24,85%	2.621.523	24,85%	2.577.084	24,33%	2.246.485	20,53%	2.325.941	20,03%
Percentual dos 100 maiores clientes	3.774.877	35,83%	3.792.883	35,95%	3.732.003	34,24%	3.433.479	31,38%	3.599.837	31,00%

(*) O percentual dos maiores clientes foi calculado com base nas seguintes contas: Operações de Crédito (inclui FIDCs), Operações de Arrendamento Mercantil, Demais Direitos e Adiantamentos Sobre Contratos De Cambio (ACC / ACE).

Tabela 13: Percentual da exposição dos maiores clientes na carteira de crédito

- **Operações Baixadas para Prejuízo** - Demonstramos a seguir o fluxo das operações baixadas para prejuízo, por trimestre:

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro				
Fluxo das operações baixadas para prejuízo	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Saldo inicial	433.230	418.984	466.431	444.022	596.298
Constituição	252.015	73.568	58.648	88.826	159.867
Reversão	-7.078	-10.479	-1	-11.829	-35.821
Baixas	-63.299	-48.843	-106.094	-54.588	-276.322
Saldo final	614.868	433.230	418.984	466.431	444.022
Recuperação de créditos lançados a prejuizo	4.252	3.769	7.847	12.572	74.116
Créditos renegociadas no período	96.984	118.272	102.796	82.405	47.625

Tabela 14: Fluxo das operações baixadas para prejuízo

- **Valor mitigado por tipo de mitigador** – Abaixo, o valor total mitigado por CDB, CDI e LCA:

R$ mil		Consolidado Econômico - Financeiro				
Valor mitigados por tipo de mitigador	**Mitigador**	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
CDB	100%	1.292.940	1.203.440	1.149.240	1.193.500	1.290.078
CDI	100%	36.102	37.674	26.699	21.649	9.339
LCA	100%	145.016	159.436	170.568	121.069	127.797
Total		**1.474.058**	**1.400.550**	**1.346.507**	**1.336.218**	**1.427.214**

Tabela 15: Valor mitigado por tipo de mitigador

3.1.9 Cessão de Crédito e Operações com TVM oriundos de processo de Securitização

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento.

O BICBANCO utiliza as cessões de crédito exclusivamente para Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDCs) de sua administração, e geram uma alternativa de captação de recursos junto a investidores. Além disso, realizou cessão de crédito dentro do grupo econômico, para a empresa Sul Financeira - SUL FINANCEIRA S/A dentro de sua estratégia de concentrar suas operações de varejo dentro de só um veículo institucional.

A Instituição não possui exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios nem exposições cedidas no trimestre com coobrigação que foram baixadas para prejuízo nas datas bases demonstradas no presente relatório.

3.1.10 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

Apresentamos a seguir o valor *nocional* dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central:

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro				
	jun/14	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Contratos em que a Câmara atue como Contraparte Central	1.048.706	802.646	700.949	700.881	608.860

Tabela 16: Contratos em que a Câmara atue como contraparte central

Demonstramos a seguir o valor *nocional* relativo a contratos nos quais não haja atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segregados em contratos sem garantias e contratos com garantias:

R$ mil		Consolidado Econômico - Financeiro				
Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central	**Contratos**	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Derivativos	Com garantias	-	-	100.000	100.000	100.000
	Sem garantias	1.544.995	1.535.498	1.734.367	1.848.204	2.007.127
Operações Compromissadas (*)	Com garantias	1.055.117	1.038.896	738.094	302.710	1.092.579
	Sem garantias	-	-	-	-	-
Operações a Liquidar	Com garantias	-	-	-	-	-
	Sem garantias	1.858	1.084	1.341	6.962	5.748

(*) A título de Operações Compromissadas, considera-se como nocional o valor de ida das operações de Compra com Revenda e Venda com Recompra.

Tabela 17: Contratos em que a Câmara não atue como contraparte central

A seguir será demonstrado o valor positivo bruto dos contratos, desconsiderando os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definido na Resolução nº 3.263:

	Consolidado Econômico – Financeiro				
	jun/14	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Derivativos	423.019	474.326	629.933	538.725	644.147
Operações Compromissadas (*)	1.046.843	1.030.135	782.909	300.369	1.084.641
Operações a Liquidar	1.074.342	1.034.062	935.727	1.065.292	1.359.844

(*) A título de Operações Compromissadas, para as operações de Compra com Revenda, considera-se como valor positivo dos contratos o valor de volta atualizado a taxa do período. Para as operações de Venda com Recompra, considera-se como valor positivo dos contratos o total de papéis multiplicado pelo PU do próprio papel.

Tabela 18: Valor positivo bruto dos contratos

Apresentamos a seguir o valor das garantias que atendam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- Tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- Estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária;
- Estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

R$ mil			Consolidado Econômico - Financeiro		
Margens oferecidas em garantia	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Operações Compromissadas (*)	1.055.117	1.038.896	738.094	302.710	1.092.579
Derivativos	2.687	2.619	2.559	44.883	19.582

(*) A título de Operações Compromissadas, para as operações de Compra com Revenda, considera-se como garantia o total de papéis multiplicado pelo PU do próprio papel. Para as operações de Venda com Recompra, considera-se como garantia o valor da ida do próprio papel.

Tabela 19: Margens oferecidas em garantias

A seguir demonstramos a exposição global líquida a risco de crédito de contraparte:

R$ mil			Consolidado Econômico - Financeiro		
Exposição Global Líquida	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Derivativos	423.019	474.326	629.933	538.725	645.559
Operações Compromissadas (**)	1.046.843	1.030.135	782.909	300.369	1.084.641
Operações a Liquidar	1.074.342	1.034.062	935.727	1.065.292	1.359.844

(**) A título de Operações Compromissadas, para as operações de Compra com Revenda, considera-se como valor positivo dos contratos o valor de volta atualizado a taxa do período. Para as operações de Venda com Recompra, considera-se como valor positivo dos contratos o total de papéis multiplicado pelo PU do próprio papel.

Tabela 20: Exposição global líquida a Risco de Crédito de Contraparte

O Banco não possui volumes representativos de operações de contratos financeiros negociados para assunção de riscos em suas carteiras.

As carteiras são dividas conforme a disposição de Banking ou Trading e os riscos estão delimitados em cada carteira, de acordo com as políticas internas aprovadas.

Preferencialmente o Conglomerado se utiliza para seus contratos de derivativos de uma Contraparte Central, que se interpõe entre as contrapartes dos contratos financeiros negociados em um ou mais mercados, assumindo o papel de comprador em relação a todos os vendedores e o vendedor em relação a todos os compradores. Recentemente as contrapartes centrais oferecem serviços para mercados de balcão, incluindo mercados de operações compromissadas com títulos e valores mobiliários e derivativos. Nesta categoria, no Brasil, está a BM&FBOVESPA que negocia contratos à vista, a termo, de futuros, de opções e de swaps. Os principais contratos são referenciados a taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e índices do mercado acionário. As obrigações financeiras relacionadas com esses contratos são liquidadas por intermédio da Câmara BM&FBOVESPA, operada pela própria BM&FBOVESPA. Nessa câmara, a liquidação é feita com compensação multilateral em D+1, por intermédio do STR, em contas de reservas bancárias, e a BM&FBOVESPA atua como contraparte central. A cadeia de responsabilidades abrange a cobertura pela liquidação de operações entre os diversos

participantes. Dessa forma, cada corretora se responsabiliza pelas posições dos seus clientes finais; cada membro de compensação se responsabiliza pelas posições das corretoras, próprias e de terceiros, relacionadas a ele, bem com pelas posições dos clientes finais que operam diretamente com ele. Por sua vez, a Câmara BM&FBOVESPA se responsabiliza pelas posições consolidadas dos membros de compensação e dos participantes com liquidação direta, isto é, responde pelos riscos de liquidação de um membro de compensação em relação aos demais membros. Para assegurar a liquidação das operações cursadas, além de mecanismos de proteção embasados em limites operacionais e em chamadas intradiárias de margem, a câmara conta com fundos de liquidação. Com o propósito de gerenciar sua exposição aos riscos de liquidação, a BM&FBOVESPA fixa limites de posições em aberto e de oscilação de preços. O quadro abaixo mostra a posição em instrumentos financeiros liquidados na contraparte central.

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro				
Operações liquidadas	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Mercado interno	**(822.070)**	**(270.958)**	**(428.176)**	**(581.906)**	**(408.959)**
Taxa de Juros	(788.725)	(615.816)	(448.335)	(370.773)	(281.062)
Taxa de Câmbio	(33.344)	341.323	15.498	(213.211)	(130.724)
Preço de Ações	-	3.536	4.661	2.078	2.827
Commodities	-	-	-	-	-
Mercado externo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela 21: Total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por conta própria e não liquidadas em contraparte central

Alguns tipos de operação são registradas na CETIP que não atua como contraparte central. A Cetip é depositária principalmente de títulos de renda fixa privados. Na qualidade de depositária, a entidade processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos, bem como, quando couber o pagamento dos juros e demais eventos a eles relacionados. Existem títulos transacionados na Cetip que são emitidos em papel, por comando legal. Esses títulos são transferidos para a Cetip no momento do registro e são fisicamente custodiados pelo registrador. As operações de compra e venda são realizadas no mercado de balcão.

Conforme o tipo de operação e o horário em que realizada, a liquidação é em D ou D+1. As operações no mercado primário, envolvendo títulos registrados na Cetip, são geralmente liquidadas com compensação multilateral de obrigações. Compensação bilateral é utilizada na liquidação das operações com derivativos e liquidação bruta em tempo real, nas operações com títulos negociados no mercado secundário.

Se algum banco liquidante não confirmar o pagamento de participante a ele vinculado, ou se houver inadimplência de banco liquidante, a compensação multilateral é reprocessada, com possível extensão da janela de liquidação, na forma do regulamento da Cetip. A liquidação financeira final é realizada via STR em contas de liquidação mantidas no Banco Central do Brasil.

Podem participar da Cetip bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades corretoras de valores, sociedades distribuidoras de valores, sociedades corretoras de mercadorias e de contratos futuros, empresas de leasing, companhias de seguro, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, investidores institucionais, pessoas jurídicas não financeiras, incluindo fundos de investimento e sociedades de previdência privada, investidores estrangeiros, além de outras instituições também autorizadas a operar nos mercados financeiros e de capitais. Os participantes não-titulares de conta de reservas bancárias liquidam suas obrigações por intermédio de instituições que são titulares de contas dessa espécie. O quadro abaixo mostra o saldo das operações de instrumentos financeiros derivativos não liquidados na contraparte central.

R$ mil	Consolidado Econômico - Financeiro				
Operações não liquidadas	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Mercado interno	**418.924**	**469.591**	**621.415**	**515.152**	**618.116**
Taxa de Juros	6.868	4.247	(1.219)	2.741	(1.680)
Taxa de Câmbio	398.738	442.959	588.836	514.184	622.693
Preço de Ações	13.319	22.385	17.652	(16.948)	(18.201)
Índice de Inflação	-	-	16.147	15.175	15.304
Commodities	-	-	-	-	-
Mercado externo	**2.757**	**3.342**	**4.967**	**4.053**	**5.824**
Taxa de Juros	-	-	-	-	769
Taxa de Câmbio	2.757	3.342	4.967	4.053	5.055
Preço de Ações	-	-	-	-	-
Índice de Inflação	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-	-
Total	**421.681**	**472.933**	**626.381**	**519.204**	**623.939**

Tabela 22: Total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por conta própria e liquidadas em contraparte central

3.2 Risco de Mercado

É o risco do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar, em função da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos, políticos ou outros. Risco de Mercado também é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

Os principais riscos de mercado considerados pelo Banco são:

- **Risco de Taxa de Juros:** O risco associado à mudança do valor de mercado de determinado ativo decorrente das variações nas taxas de juros praticadas no mercado;
- **Risco de Ações:** Surge pela oscilação de preços ou de índices de ações;
- **Risco Cambial:** É o risco associado às oscilações nas taxas de câmbio assim como sua volatilidade;
- **Risco de Commodities:** É o risco associado à oscilação nos preços de *commodities* (ex: metais, petróleo, agrícolas, etc.);
- **Risco de Inflação:** Decorre da oscilação dos preços de bens e serviços na economia.

3.2.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento do Risco de Mercado.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado oriundos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

As políticas de Risco de Mercado estão estruturadas da seguinte maneira:

Documento	**Processo**	Sub-processo
Governança Corporativa - Políticas dos Órgãos de Gestão	**Gestão de Riscos**	Valor em Risco de Mercado
		Stress Test para Risco de Mercado
		Aferição de VaR por Backtest
		Classificação Estratégias Banking e trading
		Cálculo do PRE - Metodologia
		Definição de Hedge
		Produtos de Tesouraria
Governança Corporativa - Políticas de Processos de Negócio	**Tesouraria**	Definição de Limites de Risco
		Performance ajustada a Risco
		Suitability de Derivativos

Tabela 23: Políticas de Risco de Mercado

3.2.2 Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado na Instituição envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas no processo, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco de mercado.

O Comitê Executivo de Tesouraria ou Comitê Financeiro, de caráter estratégico, se reúne semanalmente. Sua missão é obter consenso sobre os cenários macroeconômicos e políticos, e seus efeitos sobre variáveis de risco de mercado. A partir daí, o Comitê define a exposição a essas variáveis, determina as reservas mínimas e a política de captação, aplicação de recursos e acompanha a programação financeira, estabelecendo períodos para o "descasamento" entre prazos e moedas.

Os membros do Comitê de Riscos têm reuniões ordinárias mensais, para acompanhar os limites de exposição de mercado da Tesouraria e fixar metodologias para medir o limite operacional de clientes e contrapartes. Cabe ao Comitê, também, analisar os riscos legais e de imagem da Instituição, sempre que necessário.

3.2.3 Definição de Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizadas para assegurar que, as exposições, estejam de acordo com o apetite de risco definido pelo Banco.

A área de risco de mercado é responsável por garantir, diariamente, que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados e apontar ao Comitê Financeiro os limites ultrapassados.

Os limites de risco de mercado são definidos pelo Comitê de Tesouraria e separados por carteira, sendo eles o limite de VaR e o de Stress. Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do Banco Central do Brasil que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading)* e não negociação (*banking)* segundo o seguinte princípio básico:

- **Carteira de Negociação (*Trading*):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de venda. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

- **Carteira de Não Negociação (*Banking)*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Instituição e seus respectivos *hedges*.

A revisão dos limites utilizados para a gestão de risco de mercado ocorre com periodicidade semestral ou mais frequente.

3.2.4 Metodologia para Risco de Mercado

O Risco de Mercado é caracterizado por quatro principais tipos de medidas:

- Posições (*stalepositions*);
- Sensibilidades (PV01);
- Testes de estresse;
- "*Value-at-Risk"* (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limitam apenas ao cálculo do seu valor de mercado, pois reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco.

A análise de Sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da Instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros visto que pequenas mudanças nos fatores de risco geram perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras. Para o atendimento da Instrução CVM nº 475/08, a Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável (Cenário I) e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente BM&F - BOVESPA e uma situação, com deterioração de 25% e 50% na variável de risco considerada.

O BICBANCO considera que análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio em situações de eventos extremos, porém plausíveis. Estas ferramentas consideram o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio e fornecem à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Os testes de estresse são também uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

O processamento do *Stress Test* é feito por "*software*" integrado aos bancos de dados de posições do BICBANCO, de acordo com uma metodologia que cobre uma gama de fatores que causa ganhos ou perdas extraordinários nas posições de *Trading.*

A revisão periódica (semestral ou mais frequente) dos Cenários de *Stress* é de responsabilidade do Comitê de Tesouraria:

- Cenários divulgados pela BM&F Bovespa para cálculo de requerimento de margens de garantia;
- Cenários divulgados pela Câmara para Assuntos de Risco (CAR) da ANDIMA (ANBIMA);
- Cenários obtidos dos históricos de preços e taxas de juros durante as crises da Ásia (1997), Rússia (1998), Argentina (2001), e Reeleição (2002);
- Cenários sugeridos pela DIGOC.

A área de risco de mercado é responsável por:

- Definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse;
- Realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes;
- Realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras;
- Elaboração dos relatórios de resultados dos testes.

O *Value-at-Risk* (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). O VaR é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Os parâmetros empregados no cálculo do VaR variam de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

O VaR é calculado e reportado diariamente, tanto para as posições do Livro *Banking* como para as do Livro *Trading*. O processamento do VaR é feito por sistema integrado aos bancos de dados de posições do BICBANCO, de acordo com a seguinte metodologia:

- Nível de confiança de 95%;
- Horizonte de tempo de 10 dias úteis;
- Utiliza pelo menos 01 (um) ano de dados históricos na formulação estatística dos riscos;
- Atualizam, em periodicidade trimestral ou maior, os bancos de dados de preços históricos para inferência estatística;
- Captura os riscos não-lineares implicados por contratos de opções.

A prática de *Back-testing* é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pela instituição. Este método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos medidos pelas diferenças de valores da carteira a cada dia, quando marcadas a mercado.

3.2.5 Controle e Acompanhamento

O processo de gerenciamento de Risco de Mercado no BICBANCO se dá através da Diretoria de Governança Corporativa, conforme atribuições descritas no tópico "Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos".

Em relação à *performance* Ajustada ao Risco, as atribuições são pertinentes a:

- Apuração diária do desempenho gerencial da Tesouraria, e por unidade do livro *Trading*;
- Relatórios diários de desempenho ajustado ao risco de mercado das unidades do livro *Trading* da Tesouraria;
- Desenvolvimento do sistema SGE – Sistema de Gestão Estratégica.

O BICBANCO ainda utiliza os seguintes sistemas para cálculo e monitoramento de Risco de Mercado:

- **LUNA –** RMS (*Risk Management System)*: Sistema Global para Cálculo de risco de mercado e controle das posições e cálculo de risco de mercado regulatório; e,
- **Proteu –** CRK Soluções Financeiras: Sistema Global para o cálculo de resultados da carteira *trading*.

3.2.6 Evolução da Exposição

Nesta seção apresentamos a evolução da exposição financeira, segmentado pelo:

- Valor total da carteira de negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentado entre posições **C** (Compradas) e **V** (Vendidas):

Em R$	jun/14		mar/14		dez/13		set/13		jun/13	
Fator Risco	**C**	**V**	**C**	**V**	**C**	**V**	**C**	**V**	**C**	**V**
Taxa de Juros	177.137	66.345	123.507	-	164.631	-	252.159	55.211	264.713	291.705
Taxa de Câmbio	1.652	6.142	66.265	-	-	18.155	-	7.802	33.279	3.332
Preço de Ações	-	-	4.822	-	7.234	-	9.833	-	27.901	-
Índice de Inflação	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Carteira Negociação	**178.815**	**72.487**	**194.593**	**0**	**152.770**	**18.155**	**261.992**	**63.013**	**325.893**	**295.036**

Tabela 24: Valor total da carteira de negociação

3.3 Risco de Liquidez

Define-se risco de liquidez como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Risco de Liquidez também é definido como o risco da capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Instituição possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

3.3.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Liquidez

O principal objetivo do gerenciamento de risco de liquidez é desenvolver uma estratégia que garanta o atendimento das obrigações financeiras contratuais e eventuais durante ciclos de mercado e períodos de stress.

As políticas de Risco de Liquidez estão estruturadas da seguinte maneira:

Documento	Processo	Sub-processo
Políticas de Processos de Negócio	Tesouraria	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez
		Gerenciamento de Risco de Liquidez
		Liquidez Imediatamente Disponível (LID) – Determinação da Necessidade Potencial
		Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez de Captações em Moeda Nacional
		Risco de Liquidez - Controle de Reserva Mínima
		Risco de Liquidez - Cenário de Crise para Captações em Moeda Nacional
		Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez a Longo Prazo
		Risco de Liquidez - Controle de Risco de Liquidez de Curto Prazo em Moeda Estrangeira
		Plano de Contingência para Crise de Liquidez

Tabela 25: Políticas de Risco de Liquidez

O BICBANCO utiliza-se do cálculo de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como parâmetro do montante de recursos que poderiam ser utilizados pelo Banco, sem discussão nem contingências, num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas. A avaliação da liquidez nesse curto período justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro da janela de liquidação e também ao limitado alcance de se lançar mão de outros instrumentos que normalmente só apresentam em D+1, D+2 ou D+3. Nessa condição se considera o desfazimento de ativos, cessão ou liquidação de operações - cujo tempo de realização é superior àquele definido - o que limita sua utilização num regime crescente de contingência.

Tem a finalidade de suprir eventuais necessidades decorrentes da não concretização de eventos previstos no fluxo normal de Ativos e/ou Passivos, num horizonte de 10 dias e se materializa pela somatória dos haveres registrados em numerário, Títulos do Governo Federal detidos em carteira própria, aplicações com lastro em títulos federais e superávits previstos no fluxo de caixa, o que inclui retorno de compulsórios. Os recursos para sua manutenção, por sua vez, advêm de operações com CDB, Captação Externa e Capital de Giro próprio da instituição.

Semanalmente ocorre reunião do Comitê Financeiro, que aprecia a projeção do nível do caixa da semana que se inicia, tendo em vista as perspectivas de liquidações e renovações das operações e o ambiente socioeconômico e político. Nessa reunião são discutidos vários cenários para o fluxo de caixa projetado, e o nível do caixa para essas hipóteses.

A Tesouraria do BICBANCO possui como política, atuar de forma conservadora dando suporte a área comercial e administrando os gaps gerados. Quanto à gestão da liquidez, procura alocar para cada tipo de produto o funding mais adequado, evitando pressões no caixa advindas do descasamento entre as operações ativas e passivas. Semanalmente, as áreas de Tesouraria,

Captação e Controladoria se reúnem no Comitê de Tesouraria e de Mercados, e aprecia a projeção do nível do caixa da semana que se inicia, tendo em vista as perspectivas de liquidações e renovações das operações. Adicionalmente a DIGOC-Executiva de Governança Corporativa apresenta a simulação de vários cenários para o fluxo de caixa projetado, e o nível do caixa em cada uma dessas hipóteses. Na mesma reunião também são avaliadas as condições do mercado financeiro nacional e internacional, bem como os fatos econômicos, políticos e sociais que poderiam propiciar alguma crise sistêmica, como forma de se antecipar aos eventuais movimentos dos clientes.

Para minimizar os impactos de uma crise de liquidez, existe um plano de contingência, com uma metodologia que permite seu enfrentamento, garantindo o pagamento de obrigações. O plano de contingência prevê uma sequência lógica de fases, para as quais são definidas ações gradativas visando à recomposição das disponibilidades, como segue:

- **Fase 01:** Detecção de uma situação de crise de liquidez;
- **Fase 02:** Identificação das causas da crise de liquidez;
- **Fase 03:** Definição das ações a serem aplicadas.

3.3.2 Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

Os cenários de liquidez têm avaliação diária e possibilita a avaliação do fluxo de recursos para um horizonte de até 180 dias. Considera necessidade potencial de caixa da Instituição, que é uma função dos riscos suportados e também do número de clientes que virão (ou não) renovar suas operações simultaneamente.

O Banco possui um procedimento de caixa mínimo, que considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia. Os limites de liquidez e os modelos de estresse são definidos e aprovados pelo Comitê de Tesouraria bem como as decisões estratégicas e a política de contingência.

A necessidade potencial de liquidez do BICBANCO é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um *backwardlooking* (dados históricos) e outro *forwardlooking* (Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez), ou seja, análise dos volumes históricos dos títulos e análise da carteira projetada, respectivamente. Os dois métodos propostos são complementares, uma vez que o primeiro reflete o que de fato ocorreu no passado enquanto que o segundo “olha para frente”, baseando-se nas carteiras correntes e nos cenários de estresse determinados.

As análises *backwardlooking* e *forwardlooking* propiciam ao Banco o atendimento ao critério de capacidade de honrar, tempestivamente, todas as suas obrigações previstas para os próximos trinta dias.

Com a análise dos Volumes Históricos Liquidados pelos Clientes – *BackwardLooking*, é possível fazer uma análise retrospectiva do risco de liquidez da Instituição observando-se os impactos históricos, dia a dia, sofridos pela não renovação de clientes e com a análise do Risco de Liquidez por Meio de Teste de Estresse – *ForwardLooking*, a necessidade potencial de liquidez da Instituição é analisada tomando-se como referencial os seguintes conjuntos de informações:

i. Os cenários de estresse considerados pelo Comitê Financeiro;
ii. As posições consolidadas dos clientes; e,
iii. O número teórico de clientes que não irão renovar simultaneamente as operações passivas ou que não irão pagar as operações ativas. Incluem-se, nos cenários de estresse possíveis atrasos no recebimento.

O Comitê Financeiro utiliza esses elementos em função da composição dos ativos, dimensiona o volume total das linhas de crédito contratadas ou a necessidade de pronta disponibilidade de seu caixa, bem como suficiente tempo para alcançar alternativas no mercado local ou internacional.

3.3.3 Controle e Acompanhamento

Compondo a Diretoria de Governança Corporativa, a Gestão de Riscos de Mercado, obedece aos objetivos já descritos no tópico “Controle e Acompanhamento - Risco de Mercado”, no que concerne ao Risco de Liquidez.

3.4 Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gerenciamento do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. De acordo com a necessidade, são elaborados planos de ação para mitigação das ameaças identificadas. As etapas da gestão do risco operacional referem-se à identificação, avaliação,

monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e elaboração e acompanhamento do plano de ação.

3.4.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco Operacional

A estrutura de risco operacional é composta de políticas, princípios, ações, procedimentos e responsabilidade. A centralização das informações da estrutura de Gestão de Risco Operacional e avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição são realizadas pela área de Gestão de Riscos Operacionais. Esta unidade possui os seguintes objetivos:

- Identificação dos riscos inerentes às operações da Instituição;
- Definição de metodologias para mensuração; e,
- Cálculo do grau de exposição em relação aos limites estabelecidos.

As políticas de Risco Operacional estão estruturadas da seguinte maneira:

Documento	Processo	Sub-processo
Governança Corporativa - Política dos Órgãos de Gestão	Gestão de Risco	Riscos Operacionais
		Base de Dados de Perdas
Relatórios	Projeto de Diagnóstico da Estrutura	Planos de Ação
		Final do Projeto Gestão de Riscos Operacionais

Tabela 26: Políticas de Risco Operacional

3.4.2 Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pela área e por toda a Administração da Instituição. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos, que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas.

Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco. O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculado e ajustado segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento. No que tange a Diretoria de Governança Corporativa, a Gestão de Riscos Operacionais possui os seguintes objetivos:

- Estabelecer diretrizes para gestão de Riscos Operacionais e seu aperfeiçoamento, atreladas aos princípios e estratégias da Instituição em conformidade com os processos, produtos, serviços e operações;

- Estabelecer os critérios para a classificação dos riscos e controles identificados para a definição da abordagem de monitoração;
- Identificar, avaliar, monitorar e controlar os Riscos Operacionais de todos os processos do Banco.

3.4.3 Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Circular nº 3.383 de 30 de abril de 2008 do Banco Central do Brasil, a Instituição adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º para alocar capital para risco operacional. Complementada a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos. Para tanto, é utilizado o sistema *Regency* desenvolvido pela empresa UB Sistemas, que permite a avaliação dos controles internos e a inserção do cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

Assim, a Instituição tem um modelo apropriado que suporta a mensuração e o cálculo do capital mínimo para risco operacional. Para isso inclui dados internos de perdas operacionais, bem como avaliações de fatores de risco do ambiente da Instituição.

3.4.4 Controle e Acompanhamento

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-se de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A Instituição, através dos Comitês oficialmente instituídos, decide quanto ao uso de diferentes alternativas na gestão dos riscos operacionais, assim descritas:

- **Mitigar:** um sistema efetivo de controles internos reduz a possibilidade de erros humanos e irregularidades em processos e sistemas, auxiliando a resguardar seus ativos, minimizando o risco de perdas e contravenções contra leis e regulamentações.
- **Reter:** em algumas situações, decidir reter certo nível do risco operacional, que é apreçado através de um orçamento para perdas operacionais.
- **Transferir:** nem todos os eventos de risco operacional são evitados. Desastres naturais, ataques terroristas, dentre outros são tipos de eventos que as ferramentas ou programas de mitigação de risco operacional não conseguem evitar. Para estes casos, a Instituição define estratégias para externar parte da severidade.
- **Recusar:** reduzir o nível de atividades do negócio envolvido, ou mesmo, retirar-se desta atividade completamente, eliminando o risco operacional.

Em todos os casos, se o risco operacional está presente, a decisão em relação a sua estratégia de gestão é transparente e consistente com o objetivo da Instituição e seu apetite ao risco. Em relação ao apetite ao risco, os comitês, através de seu conhecimento de negócios e do ambiente interno, determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco. Um dos principais desafios é fazer com que a estratégia global e a perspectiva de risco sejam comunicadas e entendidas por todos os níveis da Instituição, refletindo esta atitude no processo de tomada de decisões.

3.5 Gerenciamento de Continuidade de Negócios

O BICBANCO empenha esforços para adotar as melhores práticas de mercado em todas as suas atividades estando entre elas o planejamento das atividades relacionadas à Continuidade de Negócios, sempre alinhada com as suas políticas internas, regulamentações do BACEN e recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia.

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) está inserido na área de gestão de riscos operacionais, representando assim, o conjunto de medidas preventivas e de recuperação – na eventualidade de ocorrer algum desastre ou qualquer outra interrupção drástica dos negócios –, para garantir a capacidade de operacionalização e a minimização das perdas.

3.5.1 Processo de Gerenciamento dos Planos de Continuidade de Negócios

As medidas previstas no PCN superam a simples adoção de um plano de seguro que garantem a capacidade do Banco de operar em bases contínuas. Foi elaborado para cada processo ou atividade crítica com elevado potencial de impacto, diante da possibilidade de fatores externos adversos, como catástrofes naturais, epidemias ou mesmo atos de terrorismo (alheios a controles internos), que provoca interrupções drásticas nos processos. É um processo contínuo onde a Instituição:

- Identifica e analisa impactos nos negócios e perdas potenciais;
- Garante a continuidade dos negócios, operações e serviços;
- Prioriza os processos críticos definidos corporativamente, incluindo todas as atividades da linha de frente às áreas de suporte;
- Contém detalhadamente todas as atividades, procedimentos, responsabilidades e necessidades de recursos no momento de uma eventual interrupção;
- Garante que as informações sobre o Plano de Continuidade de Negócios estejam sempre atualizadas e acessíveis (física e eletronicamente);
- Está atenta para alterações na legislação vigente que afetem os planos e, garante sua comunicação às pessoas da Instituição responsáveis pela sua manutenção;

- Está preparada para comunicações externas em caso de desastre;
- Informa novos colaboradores sobre a política existente na Instituição e, incentiva a participação no treinamento do Plano de Continuidade de Negócios;
- Define responsabilidade de atuação para cada funcionário, na execução do Plano de Continuidade de Negócios;
- Mantém equipes treinadas nas suas respectivas responsabilidades para acelerarem o processo de recuperação e continuidade de qualquer negócio;
- Analisa periodicamente a documentação existente para suportar a restauração do ambiente em situação de desastre;
- Mantém uma lista de contratos atualizada, inclusive de principais fornecedores e clientes;
- Testa as ações para restauração do ambiente sinistrado;
- Simula situações emergenciais;
- Prepara ações necessárias à recuperação da área de Tecnologia da Informação.

O Plano de Continuidade de Negócios está dividido em três módulos:

- **PAC – Plano de Administração de Crise:** O PAC engloba iniciativas para garantir a eficiência administrativa diante de situações adversas e determina o comportamento das equipes antes, durante e depois da ocorrência do evento e assim como os procedimentos a serem executados no período de retorno à normalidade;
- **PCO – Plano de Continuidade Operacional:** O Plano de Continuidade Operacional define os procedimentos a serem adotados para o contingenciamento dos ativos que suportam cada processo de negócio, com o objetivo de reduzir o tempo de indisponibilidade e, em decorrência, os impactos potenciais ao negócio, diretos ou indiretos; e,
- **PRD –** Plano de Recuperação de Desastres: Foi elaborado para determinar o plano de recuperação e restauração das funcionalidades dos ativos afetados que sustentam os processos de negócio, com o objetivo de restabelecer, o mais breve possível, o ambiente e as condições originais de operação e orientar ações relativas ao site alternativo para a continuidade das operações. O PRD elenca as medidas necessárias para ativar processos manuais ou o recurso contratado e assegurar a continuidade dos negócios, em caso de falha do sistema de informações.

Os planos são testados periodicamente e envolvem basicamente quatro fatores:

- Infraestrutura de pessoal (pessoa e responsabilidades);
- Infraestrutura física (local e recursos);
- Infraestrutura tecnológica (hardware e software);
- Serviços Externos (essenciais ao processo).

3.6 Risco Socioambiental

O desenvolvimento sustentável depende da tomada de decisões que prezem pelo melhor balanceamento entre as dimensões econômica, social e ambiental, tanto na gestão interna quanto no engajamento com as partes interessadas.

O compromisso da Instituição vai além de próprias responsabilidades, ao fomentar novos padrões de negócios, viabilizar o capital financeiro e promover, ao mesmo tempo, a prosperidade econômica, a proteção ambiental e a justiça social.

Como evolução das práticas de Governança, o Banco também avançou na adoção de práticas para o desenvolvimento sustentável em seus negócios, alinhado à crescente atenção da comunidade financeira internacional aos cinco capitais a serem endereçados pelo banco e que retratam o seu comportamento, visão e estratégia rumo à sustentabilidade. São eles:

- Capital financeiro – trata-se do tradicional funding ou origem do crédito;
- Capital intelectual – é o conhecimento que faz a diferença no mercado competitivo;
- Capital humano – que pode ser entendido como o conjunto sinérgico das competências para tocar um determinado negócio;
- Capital natural – corresponde aos recursos providos pela natureza;
- Capital social ou de relacionamento – que é definido pelos valores ou crenças da empresa.

A prestação de contas aos *stakeholders* é realizada por intermédio do Relatório Anual, de acordo com as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

O modelo de gestão de riscos do BICBANCO é constituído por três elementos que incorporam aspectos socioambientais e de governança de curto, médio e longo prazo:

- Estratégia;
- Monitoramento;
- Melhoria Contínua.

Os riscos socioambientais estão correlacionados aos riscos:

- Reputacional: Associação da imagem do banco a empresas e/ou empreendimentos de notório impacto negativo;
- Crédito: riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos;
- Legal: resoluções restritivas de apoio a atividades econômicas e em áreas protegidas,

- Operacional: perdas decorrentes de eventos climáticos (inundações, secas), áreas saturadas, serviços ambientais insuficientes;
- Mercado: volatilidade das ações resultante de incidentes sociais e ambientais;
- Liquidez: limitação à captação de recursos decorrente de envolvimento com empresas com notório impacto socioambiental ou forçosa alocação de recursos por execução de garantias ou dação em pagamento em áreas e produtos cuja venda ou manutenção esteja submetida à regularização ambiental, tratamento do solo ou terreno, exposição de pessoas a agentes tóxicos, ou quaisquer outros cuidados necessários a torná-los neutros ou ambientalmente integrados ao ecossistema;
- Corresponsabilidade Civil e Criminal: Lei de crimes ambientais.

A Estratégia para gestão de riscos socioambientais prevê ações e procedimentos para prevenção, desenvolvimento de planos de ação, mitigação e monitoramento dos clientes, manutenção de conta corrente, investimentos e aprovação de crédito e se baseia na análise dos aspectos e impactos socioambientais que consideram os seguintes temas:

- Proteção à biodiversidade e adoção de mecanismos de prevenção e controle de poluição;
- Proteção à saúde, à diversidade cultural e étnica e adoção de Sistemas de Segurança e Saúde Ocupacional;
- Avaliação de impactos socioeconômicos, incluindo as comunidades e povos indígenas, e a proteção de habitats naturais;
- Eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia e uso de energias renováveis;
- Respeito aos direitos humanos e combate à mão-de-obra escrava e infantil.

3.6.1 Políticas e estratégias da Gestão da Sustentabilidade

O desenvolvimento e sua contínua atualização das políticas e estratégias da gestão da sustentabilidade baseiam-se no engajamento com as partes interessadas e na incorporação das necessidades e prioridades identificadas nos negócios e operações em busca de relações duradouras entre atividades financeiras / comerciais e meio ambiente / sociedade.

A Política de Sustentabilidade e seus manuais e anexos de riscos socioambientais integram a questão socioambiental aos negócios e determinam ações e procedimentos a serem observados em todas as etapas do relacionamento com os clientes. Coerente com a estratégia para o relacionamento com seus stakeholders, as normas também incluem aspectos de governança corporativa. O objetivo das políticas e estratégias é gerenciar os impactos diretos e indiretos e

evitar que esses aspectos influenciem negativamente o desempenho e a reputação corporativa do Banco.

As diretrizes do Banco estão suportadas por um Sistema de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável que dispõe de ferramentas para medição e monitoramento do Risco Socioambiental e do Desempenho em Sustentabilidade, além de uma comunicação clara e transparente das informações que respeitam o grau de entendimento dos diversos públicos.

A governança da sustentabilidade está estruturada da seguinte maneira:

Documento	Processo	Sub-processo
Políticas	Sustentabilidade	Sustentabilidade
		Terminologia
		Análise Socioambiental Setorial
Manuais	Risco Socioambiental	Lista de Restrição e Exclusão Socioambiental Rating Socioambiental
	Ecoeficiencia e Gestão das Emissões de GEE - Gases de Efeito Estufa	
	Educação Para a Sustentabilidade	
	Engajamento de Partes Interessadas	
	Investimento Social Privado	
	Programa de Educação para Sustentabilidade	

Tabela 27: Políticas e Manuais de Risco Socioambiental

3.6.2 Sistema de Gestão da Sustentabilidade

O **Sistema de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável** por meio de seus Manuais de Procedimentos definem as práticas para monitoramento dos riscos, contendo a lista de restrição para operar em determinados setores ou ramos de atividades. O Comitê Azul, equivalente ao Comitê de Sustentabilidade, é responsável pela avaliação especial das operações dentro desses domínios. Os Manuais também contemplam as bases para condução da avaliação e categorização dos riscos socioambientais de clientes e fornecedores.

Este Sistema estimula os clientes, fornecedores e demais partes interessadas a adotarem as práticas socioambientais em suas atividades e demanda treinamento específico dos profissionais do Banco, visando transformar esses valores em cultura da Instituição. Também inclui o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, das normas internacionalmente aceitas e das obrigações voluntárias. Nele estão contidos o Protocolo Verde - Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável das Instituições Financeiras, bem como os princípios da UNEP-FI - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Setor Financeiro.

3.6.2.1 Monitoramento do Risco Socioambiental

A gestão de riscos socioambientais tem como principal objetivo identificar impactos socioambientais diretos e indiretos das operações e dos negócios. Para isso, o Banco dispõe de diretrizes expressas em sua Política de Sustentabilidade e nos manuais de riscos socioambientais, aplicadas em um processo estruturado de avaliação de riscos.

Dezenove setores com maior potencial de impacto socioambiental e/ou com maior influência na carteira de crédito foram destacados em uma diretriz setorial que inclui aspectos relacionados às mudanças climáticas, aos potenciais impactos na produção e aos ambientes propícios a riscos e resultados setoriais – assim como exemplos de boas práticas que podem ser replicadas. Alguns setores que apresentam diretrizes específicas são agronegócio, construção civil, construção pesada, transporte e logística, geração de energia (fontes fósseis e renováveis), transmissão e distribuição de energia, siderurgia e mineração, papel e celulose e petróleo e petroquímica.

Adicionalmente, impõe restrições e realiza avaliações mais rigorosas para operar com alguns setores, como fumo, pesca, amianto, bebidas alcóolicas e armas e munições. Para esses setores, os limites de crédito concedidos são monitorados e sempre que necessário o Comitê Azul os avalia e delibera a respeito do acesso ao crédito. Os modelos de contratos da Instituição contêm condicionantes contratuais relacionadas às restrições de operação com determinados setores da carteira, e, quando necessário, cláusulas contratuais específicas são acrescentadas aos contratos com empresas de setores sujeitos à avaliação especial.

O BICBANCO monitora possíveis riscos socioambientais em todas as fases de seu relacionamento com clientes e fornecedores. As irregularidades são esclarecidas e, se necessário, visitas técnicas são agendadas. As políticas e os procedimentos relacionados ao risco socioambiental são auditados anualmente e a capacitação dos auditores internos nessas questões ocorre por meio da troca de conhecimento com a área de Sustentabilidade/Risco Socioambiental e da participação em treinamentos e eventos externos.

O processo de avaliação de riscos socioambientais é composto por três fases:

- **FASE 1:** Inicialmente é verificado se o cliente ou seus sócios constam da Lista TEI – Trabalho Escravo e Infantil, no caso de não haver envolvimento com tal prática, o cliente preenche a Declaração de Sustentabilidade de acordo com o seu setor de atividade. A análise desse documento permite identificar as práticas de gestão socioambiental adotadas pela empresa e verificar se o seu setor consta das listas de exclusão ou de

restrição, base para continuidade da avaliação e solicitação de documentação específica nas fases seguintes.

- **FASE 2:** A cada dois anos, os clientes são classificados de acordo com um rating socioambiental, que pode ser alto, médio ou baixo. Essa classificação é consolidada a partir de consultas a informações públicas disponíveis de órgãos ambientais federais e estaduais, como o Ibama, a Receita Federal, o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, o Ministério Público Federal e o Conselho Nacional do Meio Ambiente, esse rating é composto por três classificações:
  - Risco A - clientes com possibilidade de apresentar impactos socioambientais significativos e irreversíveis;
  - Risco B - clientes com potencial de causar impactos socioambientais;
  - Risco C - clientes com possibilidade de apresentar mínimo ou nenhum impacto socioambiental.

  As empresas com alto risco socioambiental são avaliadas pelo Comitê Azul, cujos pareceres são considerados na concessão de crédito e na liberação das operações. Também compete a este Comitê atribuir restrições e impedimentos para os clientes que apresentam impactos socioambientais negativos significativos; cabendo ao Comitê de Governança a ratificação desses posicionamentos.

- **FASE 3:** Adicionalmente, os clientes com risco de crédito tomado no montante igual ou superior a R$ 18 milhões recebem uma análise aprofundada das suas práticas socioambientais, com base em questionários que englobam perguntas sobre políticas e práticas socioambientais, ações de treinamento e conscientização de seus empregados, gestão dos negócios, relacionamento com a sociedade, defesa dos direitos humanos, práticas trabalhistas e gestão dos fornecedores. Esses questionários são atualizados a cada três anos.

3.6.2.2 Responsabilidades

Os papéis e responsabilidades para atendimento dos procedimentos para gestão do Risco Socioambiental são compartilhados pelas equipes de Crédito, Comercial, de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Ilícitos, Serviços e Infraestrutura e de Sustentabilidade, além do envolvimento do Comitê Azul e Comitê de Governança, a seguir definidos:

- **Comitê Azul -** É o órgão designado para acompanhar desempenho e propor estratégias e ações para atendimento às Políticas e Procedimentos de Sustentabilidade, avaliar

processos e definir ações para os processos referentes a clientes ou fornecedores do Banco com alto risco socioambiental.

- **Comitê de Governança –** É responsável por avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul.
- **Crédito -** É responsável por observar os ratings socioambientais e os Relatórios de Responsabilidade Ambiental e de Responsabilidade Social e considerá-los na avaliação e concessão de crédito.
- **Prevenção a Ilícitos –** Responsável por monitorar as principais notícias para identificar eventuais matérias desabonadoras envolvendo os clientes, ou fornecedores, do BICBANCO, particularmente àquelas relacionadas a suposto envolvimento em situações consideradas crime de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, corrupção, crime ambiental, e/ou trabalho análogo ao escravo e infantil, e mediante deliberação do Comitê Azul, alimentar a Lista de Advertências Interna.
- **Comercial** - É responsável pela prática da política e procedimentos junto aos clientes e comunicam quaisquer informações ou notícias negativas, reservadas ou veiculadas na mídia, relacionadas aos clientes do banco, seus sócios ou procuradores.
- **Serviços e Infraestrutura –** É responsável pela prática da política e procedimentos junto aos fornecedores e parceiros de negócio e comunicam quaisquer informações ou notícias negativas, reservadas ou veiculadas na mídia, relacionadas aos fornecedores e parceiros de negócio do banco, seus sócios ou procuradores. É responsável, também, por observar as informações das Declarações de Sustentabilidade considerá-los na avaliação e seleção de fornecedores.
- **Sustentabilidade -** É responsável por apoiar as demais áreas envolvidas no processo de Gestão do Risco Socioambiental para garantir a conformidade das Políticas e Procedimentos de Sustentabilidade no Banco, disponibilizando as ferramentas, promovendo treinamentos e mantendo uma sistemática necessária para que o Sistema de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável gere fluxo de informações para decisão, tempestivamente íntegro e atualizado.

4. Basiléia II

4.1 Fundamentos e Estrutura

Uma das principais funções dos bancos centrais dos diversos países é a supervisão do sistema financeiro sob sua jurisdição, por meio de normas e práticas prudenciais no sentido de evitar e mitigar eventuais crises bancárias que possam afetar profundamente as economias locais.

Com a globalização e a criação de novos e complexos produtos financeiros, uma crise bancária em um determinado país traz efeitos nas atividades bancárias e econômicas de outros países. Com isso, surge a necessidade de alinhar os mecanismos e as práticas de supervisão dos diversos bancos centrais, de modo a garantir a solvência do mercado financeiro internacional, objetivos estes atribuídos ao Comitê da Basiléia (Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária).

Este Comitê divulgou, em 1988, o Acordo de Capital de Basiléia (Basiléia I) instituindo o requisito de capital mínimo em relação ao risco de crédito. Posteriormente, em 1996, o Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia acrescentou o risco de mercado como mais um fator de risco a ser considerado na alocação de capital. Diante da evolução do cenário bancário mundial e da aceleração do ritmo de integração dos diversos mercados financeiros, por meio de complexos e sofisticados instrumentos, surgiu à necessidade de aprimoramento nas regras de exigência de capital. Após mais de seis anos de estudos, o Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia publicou em 2004 o Novo Acordo de Basiléia (Basiléia II), que tem como principal característica a introdução do conceito e importância de se utilizar as melhores práticas de gestão dos riscos nas organizações, com a recomendação de um arcabouço formado de processos, estruturas e metodologias necessárias à gestão efetiva no dia a dia dos riscos ao qual uma organização está sujeita.

Este acordo baseia-se em uma estrutura conhecida como “os três pilares”:

- **Pilar I:** Propõe melhorias e aperfeiçoamentos nas regras para mensuração dos riscos, permitindo a utilização de modelos internos para apurá-los, o que melhora a mensuração da exposição aos riscos, além da introdução da exigência de capital para cobertura do risco operacional;
- **Pilar II:** Estabelecem os princípios de supervisão bancária, os critérios para o tratamento dos riscos não cobertos pelo Pilar I e definições e procedimentos de gerenciamento por parte da administração;
- **Pilar III:** Recomenda aos bancos a divulgação de um conjunto mínimo de informações, aumentando a transparência das instituições, de modo que o mercado possa realizar uma

avaliação melhor fundamentada nos riscos incorridos por cada uma destas instituições no exercício das suas atividades.

4.2 Basiléia III

Em março de 2013, o Banco Central do Brasil divulgou um conjunto de quatro resoluções e 15 circulares que implantaram no Brasil as recomendações de Basileia III. O aumento previsto da quantidade e qualidade do capital regulamentar propiciará reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

As resoluções citadas tratam da nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II e nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A nova metodologia de apuração do capital regulamentar traz avanços substanciais em relação à metodologia atual. A qualidade do capital das instituições financeiras é melhorada pela restrição à aceitação de instrumentos financeiros que não demonstram capacidade efetiva de absorver perdas e pela dedução de ativos que, em determinadas situações, podem comprometer o valor do capital em decorrência de sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. No caso do Brasil, as deduções mais significativas referem-se a créditos tributários, ativos intangíveis e investimentos em empresas não controladas que atuam no ramo segurador.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes:

I - 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
II - 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
III - 8,0% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

O Adicional de Capital Principal, que corresponde aos buffers (capitais suplementares) de conservação (fixo) e contracíclico (variável) previstos em Basileia III também foi instituído. Ao final do período de transição, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no

máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico. A nova exigência de capital de Basileia III aumenta significativamente os percentuais de requerimento, principalmente dos componentes do PR com maior capacidade para absorver perdas.

A implantação, no Brasil, da nova estrutura de capital inicia-se em 1º de outubro de 2013 e segue o cronograma internacional acordado até a conclusão do processo, em 1º de janeiro de 2022. Alterações relacionadas à apuração do capital para risco de crédito que não implicam em capital adicional entraram em vigor a partir da data de publicação. Esses efeitos, preliminarmente, devem elevar o índice de Basiléia para o BICBANCO em torno de até 2 b.p. (basis points).

A partir de 2014 as instituições financeiras deverão utilizar o Balancete do Conglomerado Prudencial como base de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e dos novos requerimentos mínimos de capital a serem exigidos das instituições reguladas. Sua criação assegurou que o documento de natureza contábil pudesse refletir as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos das operações consolidadas.

As 15 circulares aprovadas efetivam diversos ajustes operacionais e de nomenclatura necessários à nova estrutura de capital e trazem avanços significativos na metodologia de mensuração dos riscos e na apuração do montante RWA para os riscos de crédito, mercado e operacional.

As exposições a câmaras de compensação e liquidação, que estavam fora do escopo regulatório, passarão a receber uma ponderação de 2%, compatível com os mecanismos de segurança oferecidos. Operações com derivativos de balcão também terão nova exigência de capital para fazer frente aos riscos de ajustes do valor de mercado em razão da variação da qualidade creditícia da contraparte.

As circulares também aprimoram o tratamento para exposições a fundos de investimento, a títulos de securitização e a derivativos de crédito, entre outras. Também são efetuados ajustes em determinados fatores de ponderação principalmente em relação a exposições relacionadas a determinados créditos imobiliários, créditos consignados e créditos a grandes empresas.

Estudos preliminares efetuados pela Instituição apontam que mantidos os resultados baseados na média dos últimos anos, o BICBANCO manterá capital superior aos valores exigidos pelo conjunto de normativos.

5. Gestão do Capital

5.1 Processo de Adequação do Patrimônio de Referência

Define-se Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição e da avaliação da necessidade de capital que a instituição pode vir a precisar face aos riscos que a instituição está sujeita e ao planejamento estratégico de crescimento e distribuição de resultados.

O Sr. Milto Bardini foi nomeado Diretor responsável pela gestão de capital das empresas que compõem o conglomerado BICBANCO, o que contribuiu para acelerar o estagio atual de desenvolvimento e estruturação da área de gestão de capital. Atualmente, o BICBANCO calcula o Índice de Basiléia e toma as medidas necessárias para mantê-lo sempre acima do valor exigido pelo órgão regulatório.

Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do Adicional de Capital Principal mencionados o conglomerado apura o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

I - RWA_{CPAD}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWA_{MPAD}, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

III - RWA_{OPAD}, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada; e

A parcela RWAMPAD mencionada consiste no somatório dos seguintes componentes:

a) RWA_{JUR1}, relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
b) RWA_{JUR2}, relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
c) RWA_{JUR3}, relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
d) RWA_{JUR4}, relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
e) RWA_{ACS}, relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
f) RWA_{COM}, relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;

g) RWA_{CAM}, relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

5.2 . Patrimônio de Referência

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência da Instituição:

Em R$			Consolidado Econômico - Financeiro		
Base de Cálculo	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Patrimônio de Referência	2.528.181	2.715.478	2.824.948	2.853.451	2.882.010
Patrimônio de Referência Nível I	1.788.860	1.954.070	1.964.622	1.922.724	1.921.340
Patrimônio Líquido	2.027.209	2.027.206	1.982.500	1.922.561	1.959.541
Contas de Resultado Credoras	2.306.356	1.523.172	2.142.302	1.122.017	2.549.290
(-) Contas de Resultado Devedoras	-2.449.548	-1.522.667	-2.097.592	-1.116.775	-2.583.477
(-) Ativo Permanente Diferido	-	-	-	-5.079	-4.013
Ajustes Prudenciais	-19.032	-677	-5080	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	739.321	761.408	860.326	930.727	960.970
Instrumentos de Dívida Subordinada	739.321	761.408	860.326	930.727	960.970

Tabela 28: Detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência

5.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

A seguir a evolução da parcela de alocação de capital para risco de crédito, mercado, operacional, cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação e o índice de Basiléia, conforme determinação do Banco Central do Brasil:

Em R$	Consolidado Econômico - Financeiro				
Descrição	**jun/14**	**mar/14**	**dez/13**	**set/13**	**jun/13**
Valor de Exposição RWA	11.392.839	11.681.070	13.707.833	18.374.100	19.680.597
FPR 0%	2.473.137	2.400.613	2.226.242	1.841.318	2.418.250
FPR 20%	328.664	279.833	336.774	350.264	293.466
FPR 35%	-	-	-	-	
FPR 50%	1.621.079	1.637.571	1.756.641	1.744.204	2.165.019
FPR 75%	876.324	851.010	771.988	5.404.942	5.329.873
FPR 100%	6.091.227	6.508.656	8.571.336	9.027.543	9.466.977
FPR 300%	2.408	3.387	44.852	5.829	7.012
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	1.412.416	1.464.082	1.435.176	1.450.810	1.555.835
Risco Cambial (RWA_{CAM})	76.736	83.075	30.368	51.564	-
Risco Taxa de Juros (RWA_{JUR})	2.336	3.797	2.040	3.670	6.350
Parcela $RWA_{JUR[1]}$	2.336	3.744	1.922	3.670	6.341
Parcela $RWA_{JUR[2]}$	-	53	118	-	9
Parcela $RWA_{JUR[3]}$	-	-	-	-	-
Parcela $RWA_{JUR[4]}$	-	-	-		-
Risco Commodities (RWA_{COM})	-	-	-		-
Risco de ações/operações (RWA_{ACS})	-	742	1.128	1.620	1.729
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	172.101	172.101	155.657	155.657	151.343
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	1.663.590	1.723.797	1.624.369	1.663.321	1.715.267
R_{BAN} (*)	269.231	323.280	281.474	433.029	429.835
Patrimônio de Referência	2.528.181	2.715.478	2.824.948	2.853.451	2.882.010
Índice da Basiléia	**16,72%**	**19,33%**	**19,13%**	**18,87%**	**18,48%**

(*) RBAN: Parcela de capital alocada para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.

Tabela 29: Detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência Exigido

O índice de Basileia apurado de acordo com o critério vigente (Basileia III), que passou a vigorar a partir de outubro de 2013, atingiu 16,72% no encerramento do exercício.